

Veículo: Site A Tarde	
Data: 05/10/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Notícias

[Bahia](#)

Seg , 05/10/2020 às 16:13 | Atualizado em: 05/10/2020 às 16:19

Programa Nota Premiada já distribuiu 31,8 milhões para entidades

Da Redação



As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia. Este valor inclui repasses das sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano.

Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde. A Secretaria da Fazenda (Sefaz) explica que quem se inscreve no **Nota Premiada Bahia** deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site.

Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão.

Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

Veículo: Site Secom	
Data: 06/10/2020	Caderno: Fazenda

Sua Nota já distribuiu 31,8 milhões entre as filantrópicas associadas

5 outubro 2020

As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA). Este valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano -, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde.

De acordo com a Sefaz-BA, a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão. Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, ressalta que é muito importante a participação da população na Nota Premiada Bahia, para que mais notas sejam doadas e mais recursos sejam destinados a essas instituições. “Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirma.

Filantrópicas pedem apoio

A importância dos recursos é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressalta Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada, enfatiza a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas e, por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Veículo: Tribuna	Caderno: Opinião
Data: 06/10/2020	Página: A2

Tribuna
Virtual

Filantrópicas

As 543 entidades filantrópicas ativas no programa “Sua Nota é um Show de Solidariedade” já receberam um total de 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha “Nota Premiada Bahia”, informou Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba). O valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano -, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 05/10/2020	Cita Sefaz



NOTA PREMIADA: FILANTRÓPICAS RECEBERAM MAIS DE R\$ 30 MI



5 Outubro, 2020

As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia. Este valor inclui repasses das sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano.

Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde. A **Secretaria da Fazenda (Sefaz)** explica que quem se inscreve no Nota Premiada Bahia deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site.

Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão.

Veículo: Site Diário em Foco	
Data: 05/10/2020	



Bahia Fazenda

Sua Nota já distribuiu 31,8 milhões entre as filantrópicas associadas

As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia

05/10/2020 22h55

Por: Helouíza Santos **Fonte:** Secom

As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA). Este valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano -, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde.

De acordo com a Sefaz-BA, a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão. Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, ressalta que é muito importante a participação da população na Nota Premiada Bahia, para que mais notas sejam doadas e mais recursos sejam destinados a essas instituições. “Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirma.

Filantrópicas pedem apoio

A importância dos recursos é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se

cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressalta Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada, enfatiza a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas e, por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

Veículo: Site Informe Baiano	
Data: 05/10/2020	



Sua Nota já distribuiu 31,8 milhões entre as filantrópicas associadas



As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA). Este valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano -, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde.

De acordo com a Sefaz-BA, a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão. Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, ressalta que é muito importante a participação da população na Nota Premiada Bahia, para que mais notas sejam doadas e mais recursos sejam destinados a essas instituições. “Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirma.

Filantrópicas pedem apoio

A importância dos recursos é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressalta Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada, enfatiza a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas e, por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

Veículo: Jornal da Mídia	
Data: 06/10/2020	



Nota Premiada Bahia já distribuiu R\$ 31,8 milhões entre as entidades filantrópicas

[06/10/2020](#)



Os recursos estão sendo distribuídos conforme o número de notas eletrônicas que cada instituição recebeu dos participantes da Nota Premiada (Foto: Elói Corrêa/GOVBA)

As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**. Este valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano -, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde. De acordo com a Sefaz-BA, a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais

eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão. Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que é muito importante a participação da população na Nota Premiada Bahia, para que mais notas sejam doadas e mais recursos sejam destinados a essas instituições. “Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirma.

A importância dos recursos é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressalta Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do hospital Martagão Gesteira.

Veículo: Rádio 93 FM Jequié	
Data: 06/10/2020	Programa: Notícias
Assunto: Entidades filantrópicas já receberam 31 milhões e 800 mil reais do governo do estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia .	

Data: 06/10/2020

Hora: 06:48

Duração: 01:05

Emissora: RÁDIO 93 FM JEQUIÉ

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Entidades filantrópicas já receberam 31 milhões e 800 mil reais do governo do estado por meio da campanha **Nota Premiada Bahia**.

.

A TARDE

CONJUNTURA Secretário Fausto Franco ressalta que especialistas e pesquisas apontam que uma recuperação total do setor somente se dará em três anos

Retomada plena do turismo só deve acontecer em 2023



RAPHAEL SANTANA

O setor do turismo foi um dos que mais sentiram os efeitos negativos provocados pela pandemia da Covid-19 (novo coronavírus). Especialistas acreditam que uma recuperação só a partir do ano que vem. De acordo com o secretário de Turismo do Estado da Bahia, Fausto Franco, a situação ainda é delicada. Ele ressalta que especialistas e pesquisas apontam para uma retomada do setor do turismo, da forma que se tinha, somente em 2023.

"Apesar da reabertura progressiva da economia, a gente continua com o vírus entre nós. A Bahia tem uma tradição muito grande de festas, como Réveillon, Carnaval, e na modelagem que a gente conhecia este ano não será possível e evidentemente que vamos ter perdas econômicas por conta disso", disse em entrevista ao programa Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, ontem.

Para o secretário, as possibilidades de turismo na Bahia são diversas, por causa de sua dimensão. "Por ser um estado muito grande, tem várias perspectivas de fazer turismo, que não necessariamente são de aglomeração. Temos o maior litoral do Brasil, três zonas turísticas, turismo de contemplação, sol e praia, turismo de aventura, turismo gastronômico e religioso. São muitos vieses que fazem com que a gente possa fazer turismo com toda a segurança necessária", sugeriu.



Fausto Franco ressalta que a situação ainda é delicada

Neste processo de retomada da economia, o Aeroporto Internacional de Salvador contará com um aumento de 55% na oferta de assentos em relação ao mês de setembro. De acordo com a Vinci Airports, concessionária que administra o terminal da capital baiana, a tendência é que este índice seja maior, uma vez que a companhia aérea Latam ainda não divulgou a programação da última semana de outubro.

"Nós estamos nos reunindo com as companhias aéreas a cada 15 dias, porque o cenário hoje é tão diferente do que era. Estamos conversando para ter voos de oportu-

nidades e datas específicas, já que as pessoas querem e necessitam viajar. O estado da Bahia vive a quantidade de leitos e casas de aluguel que não existe mais para o Réveillon e verão como um todo. Vamos chegar em dezembro com 50% da capacidade pré-pandemia", disse.

Para o planejamento do verão 2021, o secretário Fausto Franco disse que está com campanhas publicitárias prontas, mas preguou cautela. "A gente vai ter um verão efervescente. A própria campanha e estrutura que o governo já tem feito ao longo do tempo, isso tudo

cria um desejo de as pessoas conhecerem o estado ou revisitarem. A possibilidade de uma segunda onda (da Covid-19) existe. É incoerente o governo lançar uma grande campanha publicitária de "venha para a Bahia", "visite a Bahia" e você seja obrigado a andar para trás, em função de uma falta de controle do vírus", ponderou.

Recuperação

Para o secretário, especialistas e pesquisas apontam para uma retomada do setor do turismo, da forma que se tinha, somente em 2023. "Nós estamos trabalhando e conhecendo as coisas diariamente. Vai depender muito de quando a gente vai ter a vacina. Então, a gente ainda precisa ter cautela para que a gente não crie uma falsa expectativa achando que daqui a poucos dias ou meses vamos ter a vacina disponível para toda a sociedade", afirmou.

Ele disse compreender a ansiedade de as pessoas quererem viajar, mas que "é preciso olhar o horizonte a curto prazo e não a longo e médio prazo". Segundo dados da Secretaria de Turismo da Bahia, 40% dos turistas são baianos.

"Então, é altamente sinérgico incentivar que os baianos visitem as outras zonas ou os estados circunvizinhos. Faz sentido, sim, você gastar energia no Espírito Santo, em Minas Gerais e no próprio Rio-São Paulo, para os cânions do São Francisco, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Vai fazendo um raio dentro do estado para pegar este turismo de oportunidade", sugeriu.

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 14.1.2019

A TARDE

FINANÇAS

PIX tem 3,5 milhões de chaves no 1º dia

MARJORIE MOURA E AGÊNCIAS

Até as 18h30 de ontem, dia de abertura do período de cadastramento do Pix, mais de 3,5 milhões de chaves foram cadastradas, segundo o Banco Central. O sistema de transferências e pagamentos instantâneos envolvendo 677 empresas entra em funcionamento no dia 16 de novembro.

O Pix é gratuito para pessoas físicas. Quanto às pessoas jurídicas, as instituições financeiras poderão cobrar tarifa tanto no envio quanto no recebimento de dinheiro por meio do Pix.

O sistema começou a funcionar às 9 horas, e em apenas uma hora foram cadastradas 50 mil chaves. O volume subiu para 200 mil por volta das 11h30 e superou a marca de um milhão uma hora depois.

Apesar do grande número de cadastros, alguns usuários reclamaram nas redes sociais que não estavam conseguindo registrar suas chaves, já que alguns aplicativos de bancos registraram instabilidade e até mesmo saíram do ar.

De acordo com o Banco Central, "não foi registrado nenhum problema com a plataforma nesta primeira hora de cadastramento do Pix, só 'questões pontuais' com poucas instituições, numa questão de conectividade



Felipe Inatã / Ag. A TARDE

O Pix é gratuito para pessoas físicas

SANTANDER APOSTA EM ESPECIALIZAÇÃO

Embora o banco Santander integre a digitalização do sistema bancário, recentemente inaugurou uma agência no bairro de Periperi. Segundo a empresa, que aposta em Lojas Agro, de Empresas e Negócios, Workcafés e Webmotors, "o futuro das agências bancárias físicas é torná-las espaços especializados ou de conveniência"

de da primeira hora, mas a plataforma de armazenamento das operações esteve plenamente operante e funcionando sem nenhum problema".

Três informações

As chaves do Pix são uma combinação para que o cliente – pessoa física ou jurídica – possa pagar e receber dinheiro em até 10 segundos. A chave é composta por uma das três informações, número de celular, e-mail ou CPF/CNPJ, que o correntista deverá digitar para fazer as transações.

Para o chefe adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), Carlos Eduardo Brandt, o interesse no cadastro das chaves indica o nível de expectativa e de valor agregado que as pessoas estão vislumbrando no Pix. "É número bastante significativo, considerando que estamos na fase inicial", disse o chefe adjunto do Decem.

"Os pagamentos instantâneos, conhecidos também como real time payments (RTP), surgem de forma intensa e disruptiva em diversos mercados, permitindo o crescimento dos negócios em vários setores, acelerando a velocidade das transações, reduzindo riscos e fraudes, criando novas fontes de receitas, reduzindo custos de transação e alcançando novos mercados", avalia Ivan Habe, parceiro associado e líder de pagamentos, no documento "Performance do setor bancário", da consultoria EY, divulgado ontem.

O BC realizou, na manhã de ontem, uma live, em sua página do YouTube, para esclarecer dúvidas sobre o início do cadastro de chaves do Pix. O BC ressaltou que a mesma pessoa pode ter mais de uma chave e que ela pode ser feita quando o correntista quiser, ressaltando que ontem foi apenas o início do cadastramento.

QUESTÃO É DE 'FÁCIL RESOLUÇÃO', DIZ RUI COSTA

CENTRO DE CONVENÇÕES O governador Rui Costa comentou ontem sobre a dívida trabalhista que ameaça a venda do antigo Centro de Convenções. Segundo ele, a negociação não deve ser emperrada por isso. “É uma questão de fácil resolução. Todo problema trabalhista o Estado assume e resolve. Aquela área, hoje, está no nome do Estado e ela será, sim, alienada”, afirmou Rui, que visitou pela manhã as obras da Linha Azul (duplicação da interligação Estrada de Campinas de Pirajá x São Caetano x BR 324).

O Centro de Convenções está em processo de penhora pela Justiça para quitar uma dívida que ultrapassa R\$ 49 milhões com mais de 160 ex-funcionários da Bahiatursa. A ação já se arrasta há 11 anos, como mostrou reportagem do CORREIO.

Segundo o governador, o esforço agora é para divulgar a área para atrair possíveis interessados. “Pra alguém fazer um investimento de R\$ 300 milhões é necessário um estudo mais aprofundado pra saber o que ele pode fazer com aquela área.”

Capital tem aumento de 10% na média móvel de casos

COVID-19 A prefeitura de Salvador ligou a "luz amarela" após a média móvel de casos de covid-19 registrar, na semana passada, um aumento de 10% no número de ocorrências da doença por data de manifestação dos primeiros sintomas. Aos jornalistas ontem, em São Marcos, o prefeito ACM Neto explicou que o número não é um dado "padronizado" e faz parte de um acompanhamento interno da gestão.

Segundo ele, o indicador não necessariamente aponta para uma tendência de crescimento, mas é uma informação que deve ser observada com atenção, já que pode apontar para a necessidade de voltar atrás em algumas reaberturas econômicas.

"Dado padronizado é o que indica a quantidade de novos casos por dia, mas para controle interno [essa estatística por data de manifestação dos sintomas], é um

86.467

casos da doença foram confirmados em Salvador, segundo a Sesab, no dia 4 de outubro, ante 85.481 em 27 de setembro

27,65%

é a proporção de casos confirmados na capital baiana em relação ao estado

316.005

confirmações foram registradas na Bahia, ainda segundo a Sesab, desde o início da pandemia, em março deste ano; são 6.953 mortes (letalidade de 2,20%), 302.916 curados e 6.136 casos ativos



Publico circula por shopping de Salvador: uso da máscara é obrigatório

dado importante porque nos permite um acompanhamento mais próximo da realidade. Não é nada que em termos absolutos deva nos assustar, mas é algo que deve nos colocar em observação. Acende a luz amarela de atenção para todos nós", afirmou o prefeito.

A prefeitura tem trabalhado com a média móvel que, ao invés de contar só os casos registrados nas últimas 24 horas, compara os números entre uma semana e ou-

tra. "Houve aumento da média móvel de casos a partir do primeiro dia do sintoma", disse Neto.

Em atenção ao que sinaliza o dado local, o prefeito citou o noticiário internacional que tem revelado aumento de casos em algumas partes do mundo, que já estão novamente impondo restrições — como a volta do fechamento de bares em Paris, na França, e o segundo lockdown em Madri, na Espanha.

Médico emergencista e vi-

ce-presidente da Cooperativa de Atendimento Pré-hospitalar (Coaph), Valderi Júnior comenta que, diferente dos países europeus, onde predomina o frio e nos quais é mais comum que as pessoas tenham o costume de ficar confinadas, no Brasil, sobretudo no Nordeste, há uma dificuldade extra no controle da doença devido à cultura de vida de praia e da sociabilidade marcada por encontros.

"As pessoas estão com sede de liberdade, de encontrar umas às outras. O nosso clima é mais ameno, mas o problema é que ele não se mostrou protetor como se pensava e nós ainda estamos sofrendo muito com a pandemia. O Brasil tem uma extensão gigantesca, então os governos não têm como controlar todas as praias. Aqui, de modo geral, elas são um lazer barato. Enquanto isso, a única coisa que a gente sabe é que, até o momento, a medida que funciona [contra a doença] é o distanciamento", enfatiza.

O prefeito ACM Neto afirmou que, a partir da análise dessa subida nos casos, a Prefeitura verá se a situação é algo pontual ou se tem relação com um possível crescimento.

Veículo: Correio

Caderno:

Data: 06/10/2020

Página:

Correio

Em 6 meses, turismo perde quase 50 mil empresas

PANDEMIA A crise provocada pela pandemia de covid-19 fez com que o setor de turismo perdesse 49,9 mil estabelecimentos, com vínculos empregatícios, entre março e agosto deste ano, segundo informou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O saldo negativo no período equivale a 16,7% do número de empresas com vínculos empregatícios nestas atividades verificados antes da pandemia.

Para a CNC, a pandemia afetou empreendimentos de todos os portes, mas os que mais sofreram perdas foram os micro (-29,2 mil) e pequenos (-19,1 mil) negócios. Regionalmente, os estados e o Distrito Federal registraram redução no número de unidades ofertantes de serviços turísticos, com maior incidência em São Paulo (-15,2 mil), Minas



Gerais (-5,4 mil), Rio de Janeiro (-4,5 mil) e Paraná (-3,8 mil).

De acordo com o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a maior parte das atividades que compõem o turismo brasileiro permanece ainda sem perspectiva de

recuperação significativa nos próximos meses.

“A aversão de consumidores e empresas à demanda, somada ao rígido protocolo que envolve a prestação de serviços dessa natureza, tende a retardar a retomada do setor”, justificou.

Setor é um dos mais atingidos pela crise provocada pelo novo coronavírus

‘Decisão sobre declaração simplificada não está tomada’

IMPOSTO DE RENDA A equipe econômica ainda não tomou nenhuma decisão sobre mudanças nas deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física e na declaração simplificada, disse ontem o secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto. Em audiência na Comissão Mista da Reforma Tributária, ele informou que o Ministério da Economia também não decidiu sobre mudanças nos tributos das empresas e a cobrança de impostos sobre a distribuição de dividendos.

No último fim de semana, fontes do próprio Ministério da Economia divulgaram que o fim da declaração simplificada e em algumas deduções oferecidas aos contribuin-

●● (É preciso) deixar de lado o complexo de que nunca se pode fazer (uma reforma tributária)

Agnaldo Ribeiro
deputado federal (PP-PB)

tes são medidas analisadas para garantir o financiamento do novo programa social do governo - o Renda Cidadã - sem ferir a Lei do Teto de Gastos.

Segundo Tostes, o governo até agora só deliberou sobre mudanças nos impostos sobre o consumo, com a unificação de tributos na futura Contribuição sobre a Receita decorrente de

Operações com Bens e Serviços (CBS). Com alíquota única de 12%, a CBS consta da primeira fatia da proposta de reforma tributária, enviada pelo governo ao Congresso no fim de julho.

Em relação aos demais temas da reforma tributária, o secretário especial informou que o governo só discutirá esses assuntos depois de encaminhar as propostas ao Congresso. Embora a equipe econômica ainda não tenha

batido o martelo, Tostes admitiu que os demais pontos estão em fase de análise.

Além da CBS, a equipe econômica pretende enviar duas propostas ao Congresso: uma que muda o Imposto de Renda e reintroduz a cobrança de alíquota sobre lucros e dividendos e uma que desonera a folha de pagamento das empresas em troca da criação de uma contribuição sobre transações.

O relator da comissão mista de reforma tributária, deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), disse, também ontem, estar cada vez mais convencido de que a modificação do sistema tributário é "urgente". O parlamentar afirmou que há muito mais convergência do que divergências entre as propostas e que é preciso "deixar de lado o complexo de que nunca se pode fazer" uma reforma tributária.

Preservar teto de gastos é 'fundamental', alerta FMI

BRASIL No relatório anual que faz sobre a economia do Brasil, o chamado Artigo IV, o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirma que é fundamental a manutenção do teto de gastos, mas também a ampliação das redes de proteção social, em razão dos efeitos da pandemia. O documento, resultado de uma missão técnica

e realizado pela instituição multilateral uma vez ao ano, chega em um momento em que o governo vive embates que parecem opor a sustentação do teto de gastos (regra que não permite o crescimento das despesas do governo acima da inflação do ano anterior) e a criação de um novo programa social, o Renda Ci-

dadã. O FMI alertou para os riscos da dívida brasileira elevada - que deve chegar a 100% do Produto Interno Bruto (PIB) devido aos gastos para se fazer frente à covid-19. Segundo o relatório, ainda é preciso seguir com reformas estruturantes para elevar o crescimento potencial e equilibrar o déficit fiscal.

MUITOS GASTOS

1,02

Trilhão de reais é o valor atual dos títulos da dívida pública brasileira deste ano, mais que o dobro de 2019. O mercado financeiro 'abandona' o Brasil diante dos gastos do presidente Bolsonaro, das incertezas provocadas pela pandemia e da falta de melhor direcionamento em relação à economia.

Veículo: Correio

Data: 06/10/2020

Caderno:

Página:

Correio

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A notícia de que o governo estuda acabar com a declaração simplificada do Imposto de Renda para financiar o Renda Cidadã já é um novo entrave na reforma tributária. Ontem, em audiência na Comissão Mista do Congresso, o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, e a assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, se recusaram a responder perguntas dos deputados e senadores que queriam saber detalhes da proposta. Se a Comissão já tinha dificuldades em avançar, ganhou mais um ponto de incerteza e discórdia.

"Vamos nos limitar a falar sobre os tributos sobre consumo", justificou Vanessa Canado, referindo-se à primeira fase da proposta encaminhada pela equipe econômica há mais de dois meses. Ao mesmo tempo em que o governo não conclui o projeto, deixa vaziar estudos para financiar o programa de assistência social com ideias que deveriam estar na reforma tributária.

A grande questão é: como financiar o Renda Cidadã? O governo tem três opções. Tira de alguém, aumenta tributos ou se financia no mercado, ampliando o déficit. Em cada uma delas, há consequências. Ampliar o déficit

significa perder apoio do mercado, com disparada do dólar, queda da bolsa e encarecimento da dívida. Aumentar imposto, ou reduzir subsídios, vai mexer diretamente com o bolso das famílias ou das empresas. E fazer a consolidação de outros programas sociais nada mais é do que tirar de quem precisa para dar a quem também precisa. Ontem, como revelou O GLOBO, falou-se em cortar dos supersalários, o que demandaria comprar briga com a elite do funcionalismo.

Depois de encontro com o ministro Paulo Guedes, pela manhã, o relator do Orçamento, Márcio Bittar, prometeu para quarta-feira a divulgação da fórmula. Disse que será "dentro do teto". Vindo de quem chamou de "hipócritas" os que criticaram a postergação do pagamento de precatórios, pode-se esperar qualquer coisa.

Novo entrave na reforma tributária

Na reforma tributária, ainda são muitas as discordâncias, segundo o secretário José Tostes. "Temos feito dezenas de reuniões com os estados, avançamos em alguns pontos, mas não conseguimos avançar em relação aos temas dos fundos, do comitê gestor, da transição para o novo tributo, imposto seletivo e o Simples".

Em live semanal da Arko Advice, uma das consultorias mais ouvidas pelo mercado financeiro, o cientista político Murilo de Aragão brincou que o governo Jair Bolsonaro parece um carro velho, pois "faz muito barulho e anda pouco". Sobre a reforma tributária, disse que ela "respira por aparelhos" e não vê possibilidade de aprovação de nenhum projeto relevante até a sucessão nas presidências da Câmara e do Senado, em fevereiro do ano que vem. Ao que tudo indica, o ano de

2020 já está perdido.

GANHA, MAS NÃO LEVA

Donald Trump é o candidato do mercado financeiro nas eleições dos EUA e sobre isso não há dúvidas. Ontem, após a saída do hospital, as bolsas subiram e o dólar se enfraqueceu no mundo, com aumento da confiança. Mas há investidores que já começam a ficar com a pulga atrás da orelha com a possibilidade de o presidente conseguir a reeleição, mas perder o comando das duas Casas. Hoje, os republicanos controlam o Senado mas desta vez a maioria pode ser democrata. Nesse caso, uma vitória de Joe Biden poderia ser bem recebida, pela maior chance de governabilidade, tendo o Congresso ao seu lado.

BAIXO VOLUME

Apesar da alta de 2,2% do Ibo-

vespa, o volume de negócios continua baixo. Nos últimos 21 pregões, não chegou a R\$ 20 bi, o que significa um clima de cautela. Ontem, mesmo com a valorização, foram negociados apenas R\$ 17,8 bi em papéis. O risco de furar o teto fez voltar o temor de um novo rebaixamento do rating brasileiro no final do ano. Até a quinta-feira, última estatística disponível, os investidores estrangeiros retiraram R\$ 88,27 bi da bolsa.

SOBROU PARA O CAFÉ

A política ambiental do governo Bolsonaro põe sob desconfiança até quem não tem mais relação com o desmatamento. A ONG Rainforest Alliance Brasil, que certifica fazendas exportadoras de café com o selo sustentável, foi consultada por compradores europeus para saber se o setor cafeeiro tem derrubado florestas no Brasil. Se no passado o café foi o grande vilão, hoje esse papel está com a soja e a pecuária. "O café no Brasil não é hoje um problema de desmatamento. Primeiro que ocupa uma área relativamente pequena, depois porque está em áreas consolidadas há muito tempo", disse Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas.

24h**BRASIL**

Relator diz que Renda Cidadã ficará dentro do 'teto'

PROGRAMA SOCIAL O senador Márcio Bittar (MDB-AC) afirmou ontem que a proposta do Renda Cidadã, programa social do governo federal que deverá substituir o Bolsa Família, estará dentro do teto dos gastos públicos. Ainda segundo Bittar, que é o relator da PEC Emergencial que cria o programa, a nova configuração do Renda Cidadã deverá ser apresentada amanhã. Bittar fez os comunicados após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O governo e aliados no Congresso têm debatido nas últimas semanas uma forma de encontrar uma fonte de receita para o Renda Cidadã. Ontem de manhã, o presidente de Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), se encontrou com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, para discutir o novo programa social. Ao colunista do G1, Gerson Camarotti, Maia disse que a prioridade no momento é resolver a situação fiscal do país e que, nesse contexto, ele acredita ser possível encontrar a solução para os recursos do Renda Cidadã.

O encontro, um café da manhã promovido por Bolsonaro, teve as presenças dos ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), além de Márcio Bittar (MDB-AC), que é também o relator do Orçamento de 2021.

O café promovido por Bolsonaro no Alvorada teve a intenção de apaziguar os ânimos entre Maia e os ministros do seu governo

O ministro Guedes defende que a proposta não fure o teto dos gastos. Pela regra do teto, as despesas do governo em um ano não podem superar as do ano anterior, corrigidas pela inflação.

Após o encontro com o titular da Economia, Bittar, que deu uma entrevista coletiva ao lado de Paulo Guedes, se desculpou por não apresentar imediatamente a fonte de financiamento do substituto do programa Bolsa Família.

"Começo pedindo desculpas. Vocês vão me perdoar. Não vou entrar em nenhuma ideia de onde e como o Renda Cidadã vai ser financiado. A não ser afirmar que é uma decisão de todo mundo, liderada pela equipe econômica, pelo ministro Paulo Guedes, que a solução, qualquer que seja ela, quaisquer que sejam elas, será dentro do teto", disse Bittar aos jornalistas durante entrevista.

Na semana passada, causou polêmica a informação divulgada por Bittar de que o Renda Cidadã seria financiado com os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e verbas de precatórios da União. Após as inúmeras críticas a esse modelo de financiamento, Paulo Guedes afirmou que a ideia estava 'totalmente descartada'.

Mais*

INSTITUIÇÕES DE SALVADOR APOSTAM NO MODELO HÍBRIDO DE AULAS PARA 2021



No Colégio Nossa Senhora do Resgate a aferição da temperatura dos alunos e funcionários será realidade

Escolas já oferecem matrículas

Fernanda Santana e Marcela Villar*

REPORTAGEM

Outubro é o mês em que, tradicionalmente, começa a temporada de matrículas escolares, quando mães e pais renovam a inscrição de seus filhos ou saem em busca de novas escolas. Neste ano, mesmo sem definição de quando haverá o retorno das aulas presenciais, muitas instituições de ensino de Salvador e Lauro de Freitas já começaram a matricular os alunos para 2021, prioritariamente de forma online, enquanto fazem os últimos ajustes dos protocolos sanitários para o ano que vem.

Em matéria publicada no último sábado, o CORREIO mostrou que a gestão municipal já definiu o modelo de retorno das aulas - faculdades primeiro, escolas depois. Por isso, a expectativa de alguns gestores de escolas é de que as atividades presenciais retornem em novembro. Mas, tudo depende do aval conjunto da prefeitura e do governo do estado.

Até lá, as instituições de ensino se preparam para os três cenários: o ensino remoto, o presencial e também apostam no ensino híbrido, mesclando as duas modalidades. A rede do Colégio Nossa Senhora do Resgate (Brotas, Cabula e São Lázaro) e o colégio Montessoriano (Boca do Rio) são algumas das esco-

Educação
Segundo pesquisa, 45% das escolas particulares de Salvador preferem não retomar para aulas presenciais

las que estão renovando as matrículas para os alunos da casa. A estrutura das escolas já foi adaptada com dispensers de álcool em gel, sinalizações para manter o distanciamento mínimo de 1,5m e tapetes sanitizantes.

Mesmo com a liberação das aulas presenciais, estas instituições pretendem manter algumas atividades remotas. "Estamos nos preparando para os dois modelos: híbrido, transmitindo as aulas simultaneamente, ou presencial. A maioria das famílias quer que seja mantido o ensino remoto, mas nós temos que oferecer as duas opções, com o ok dos governos", disse Sérgio Pires, diretor geral dos Colégios Nossa Senhora do Resgate. Ele informou ainda que a equipe de professores está passando por um treinamento para se adaptar ao novo formato.

DE CASA

No Montessoriano, a expectativa é que as aulas continuem online, pelo menos até o final do ano. Segundo a diretora da escola, Lúcia Matos, foi feita uma pesquisa com as 950 famílias dos estudantes e apenas 14% dentre os 580 que responderam desejam o retorno das aulas presenciais em 2020.

"É um público bem restrito, a gente pensa que seria melhor a manutenção do online. Mas se tiver demanda para fazer o ensino híbrido, não seria problema e nenhuma família ficará sem atendimento", explicou. A rematrícula está aberta de 14/10 a 30/11, com descontos para quem pagar as primeiras parcelas adiantadas. Os valores das mensalidades não foram ajustados para 2021. Bebedouros com acionamento de pedal foram instalados e as salas de aula estão com as mesas mais espaçadas. O Colégio Antônio Vieira está com as matrículas abertas desde julho. Mas não quis informar mais detalhes.

Não quer o ensino presencial é o posicionamento da maioria dos pais de alunos de escolas particulares de Salvador e Lauro de Freitas, de acordo com uma pesquisa feita pelo Grupo de Valorização da Educação (GVE), que reúne mais de 60 instituições de ensino nas duas cidades.

"O índice de retorno era muito baixo, cerca de 30%. Ele tem aumentado em torno de 15%, mas a maioria prefere não retornar. Mas a decisão não é nossa, é do governo, e só podemos voltar com a maior segurança possível", disse Wilson Abdon, porta-voz do

Violência Enquanto rezava, mulher é esfaqueada pelo companheiro em novo caso de feminicídio em Salvador . PÁG. 20

Eleições Licínio de Almeida é a única cidade da Bahia com apenas um candidato a prefeito. E ele concorre à reeleição. PÁG. 17



FOTOS DE DIVULGAÇÃO

Prefeitura e governo debatem retorno

O governador Rui Costa afirmou nesta segunda-feira que ainda é preciso reduzir mais os números antes de permitir a volta às aulas. Na última semana, o prefeito ACM Neto afirmou que está na hora de discutir o assunto. Hoje, Rui disse que os dois têm conversado, mas ainda não há um “diagnóstico muito claro” de como está a doença agora para tomar uma decisão.

“Nós conversamos sobre o protocolo de retorno e continuamos com a ideia de dividir as salas em duas. Estamos acompanhando os números para entender, mas não temos um diagnóstico muito claro. O número de mortes cria uma sensação de que a doença ainda está forte. Precisa reduzir os números ainda”, afirmou.

Para ele, não devemos ter uma segunda onda de infecções no Brasil, pelo menos não na intensidade que tem acontecido em pontos da Europa: “Como temos um número alto de casos e uma grande taxa de infectados, isso deve diminuir a possibilidade de uma segunda onda”.

Na sexta-feira, o prefeito ACM Neto afirmou seu desejo de que as aulas voltem ainda este ano, mas que as decisões serão tomadas em conjunto: “Eu pretendo ter

essa harmonia até o dia 31 de dezembro, quando for passar meu bastão ao meu sucessor. Eu entendo que ela vem sendo fundamental para a nossa cidade. No entanto, acho que já é possível começar a construir uma perspectiva de retorno, com muitos cuidados, critérios, regras, prazos e condicionantes, é claro. Mas já está na hora da gente sentar pra começar a ver a questão da retomada da Educação”.

Em conversa com o COREIO, o secretário de Educação de Salvador, Bruno Barral, confirmou um desenho definido de como será o processo de retomada do calendário estudantil: “Temos tudo pronto para a volta às aulas na cidade, de ponto de vista da estrutura, protocolos de saúde e planejamento pedagógico, resultado de um trabalho realizado em completa parceria com o governo estadual. Só falta o prefeito dizer a data”.

A princípio, o plano prevê o retorno seriado, dos níveis mais altos para os mais baixos. Assim, universidades e faculdades reabririam em um primeiro momento. Em seguida, seriam liberadas as unidades do Ensino Médio. Depois, viria o Ensino Fundamental. A Educação Infantil ficará para outro momento.

Instituições criaram seus próprios protocolos

Os protocolos de segurança foram criados pelas próprias escolas, com orientação de infectologistas e com base em recomendações científicas internacionais, mas podem passar por alterações de acordo com o determinado pela prefeitura e pelo Governo do Estado da Bahia.

“No início do próximo ano letivo, os pais ainda assim vão poder escolher se vão ou não para o presencial”, acredita Márcia Schwartz, diretora da Acbeu Maple Bear Canadian School. As aulas serão gravadas e os alunos poderão assistir, ao vivo, em casa. Tudo que não é lavável será evitado e o digital será sempre a primeira escolha.

Os professores, coordenadores e diretores sabem que o retorno deve ter acompanhamento muito próximo dos alunos, que precisarão se readaptar. Os encontros em grupo nas aulas de educação física, por exemplo, serão proibidos. O professor Tony

Lima, diretor operacional da DOM e consultor da Unesco para alfabetização, diz que as atividades serão transformadas, mas continuarão existindo: “Estamos tentando entender como se faz isso, porque boa parte das experiências vêm pelo contato”. Os bebedouros coletivos também serão banidos.

O ensino híbrido ainda não é regulamentado pelo MEC mas os gestores acreditam que é possível haver mudança. No caso das escolas Villa, Maple Bear e DOM será possível escolher a modalidade de ensino. Presidente do Conselho Estadual de Educação, Paulo Gabriel Nacif explicou que as escolas têm autonomia para manter as atividades remotas: “Enquanto perdurar a pandemia, nós temos uma resolução que determina o modelo remoto. Nada impede que a matrícula para o ano que vem adote os mesmo moldes”, afirmou.

“A maioria prefere não retornar. Mas a decisão não é nossa, é do governo Wilson Abdon

porta-voz do CIVE e diretor do grupo Perfil

“Muitas famílias vão voltar, mas outras vão esperar até a vacina chegar Viviane Brito

CEO da Villa Campus de Educação

“Acho que vamos esperar um pouco antes do retorno total. Ver como será o comportamento, como será na prática. Até lá continua como estão, em casa André Lima

administrador

GVE e diretor do grupo Perfil. A expectativa, se o ensino for híbrido, é que cada escola adote um modelo diferente, com um escalonamento gradativo, isto é, 50% dos alunos irão à escola num primeiro momento, depois 70%, até se chegar ao contingente total.

O Colégio Educacional Maria José, em Pernambuco, não deu detalhes sobre o planejamento, que já está pronto, mas informou que as matrículas serão abertas a partir deste mês. Já o Colégio Nossa Senhora Conceição, em Brotas, não definiu valores para o próximo ano letivo, pois espera as diretrizes do Conselho Estadual de Educação. Na Escola Ribeiro de Araújo, em Plataforma, os gestores aguardam um posicionamento da prefeitura junto ao Sinepe (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia) para poder iniciar o processo de matrículas.

NOVA REALIDADE

Sem bebedouro compartilhado, sem o baba no intervalo, sem todos os alunos na sala. Com entradas diferentes, câmeras na sala. Essa deve ser a nova realidade na maior parte das escolas particulares para 2021. “Todas as rotinas foram revisadas”, contou Viviane Brito, CEO da Villa Campus de Educação, na Avenida Paralela. O infectologista Roberto Badaró, que também é diretor do Hospital Espanhol, unidade de saúde exclusiva para atender doentes da covid-19, assessorou a elaboração do protocolo da escola.

No Villa, houve marcações no chão para lembrar o distanciamento, potes de álcool em gel foram fixados no chão, lavatórios distribuídos e máscaras serão obrigatórias. Mas as mudanças se estendem a toda rotina no próximo ano. O ensino também tende a ser híbrido e haverá rodízio entre os alunos para respeitar o distanciamento. Todos os alunos ficarão, pelo menos uma vez por semana, na escola. As salas também foram equipadas com câmera, caixas de som e microfones para que, de casa, os alunos possam acompanhar as aulas. “Muitas famílias vão voltar, mas outras vão esperar até a vacina chegar”, avalia Viviane Brito.

Nem todos os pais decidiram quanto ao futuro escolar dos filhos - principalmente, se os filhos retornarão, em 2021, sem uma vacina. O administrador André Lima, 41, ainda tem dúvidas quanto a deixar, ou não, as duas filhas, alunas de um colégio particular, voltarem às atividades presenciais: “Acho que vamos esperar um pouco antes do retorno total. Ver como será o comportamento, como será na prática. Até lá continua como estão, em casa”.

“SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Espacamento de 1,5 metro entre as cadeiras é uma das medidas do Montessoriano

880 horas/aula é a obrigação que as escolas têm que cumprir este ano, de acordo com resolução do Conselho Nacional de Educação



A alta pelo serviço gerou, ontem, instabilidade nos sistemas das principais instituições financeiras do país; especialistas alertam contra golpes

Vem aí o PIX, nova forma gratuita de pagamento

Cadastro No primeiro dia do serviço, Banco Central registra 3,5 milhões de senhas

Gabriel Amorim*

REPORTAGEM
gabriel.amorim@preebahia.com.br

No primeiro dia de cadastros para utilizar o PIX, novo meio de pagamento que será oferecido pelos bancos a partir de 16 de novembro, cerca de 3,5 milhões de chaves já foram cadastradas, segundo o Banco Central. A alta procura gerou, inclusive, instabilidade nos sistemas das principais instituições financeiras do país, que chegaram a ficar fora do ar ontem.

A novidade é, em essência, um novo modo de pagamento feito através de transferência. Nesta primeira fase, todas as instituições financeiras com mais de 500 mil usuários serão obrigadas a oferecer e aceitar as transações via PIX. Para utilizá-lo, o usuário precisará cadastrar no seu banco uma chave, que pode ser número CPF ou CNPJ; e-mail; número de celular; ou a chamada EVP (sequência criada no banco e que será capaz de gerar um código QR).

Na prática, o pagamento ou transferência será feito apenas com o envio da chave cadastrada para o pagador que no aplicativo do seu banco vai adicionar a chave recebida e o valor para realizar a transferência. Em comparação com o TED e o DOC, o PIX tem as vantagens de funcionar todos os dias, 24h, ser gratuito para pessoas físicas, além da compensação imediata do valor.

3/11

Começa uma fase de testes do PIX, em que o serviço será disponibilizado para clientes selecionados

16/11

Começam os pagamentos e transferências por meio do novo serviço para todos os clientes cadastrados no país

"A determinação do Banco Central é de que não haja custos para pessoas físicas ao utilizar o PIX. Os bancos podem incluir custos em serviços associados e complementares. Para a pessoa jurídica haverá custos que devem ser determinados por cada banco, mas que são muito menores se comparados aos que existem hoje", explica o economista e educador financeiro Edísio Freire.

A nova ferramenta traz mudanças importantes no mundo das transações financeiras. "O fato das transações serem em tempo real contribui para diminuição de golpes financeiros e para a velocidade das vendas online", explica o financista Fabrício Guerratto, do canal IBIlho Educação Financeira.

A mudança na forma de processamento dos pagamentos deve, segundo especialistas, beneficiar pequenos empreendedores que dependem de boletos ou máquinas de cartão para receber seus pagamentos. "Como as instituições não podem mais se diferenciar pelas taxas, vai haver melhorias em outros pontos do serviço como atendimento, suporte, inovação", explica Ticiane Amorim, fundadora da startup Aarin, empresa baiana criada para operar pagamentos comerciais através do PIX e que será oficialmente lançada em 7 de dezembro.

Os bancos, que precisaram se adaptar à ferramenta, dizem apoiar a iniciativa. "O Pix irá aumentar a inclusão financeira no país, estimular a competitividade e aprimorar a eficiência no mercado de pagamentos. O acesso a serviços financeiros constitui um passo crucial para a inclusão social e para o combate à desigualdade no país", afirma Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Segundo ele, o setor bancário vem fazendo investimentos em modernização tecnológica que somam R\$ 24,6 bilhões anuais. Apesar

das modernizações, aplicativos de grandes bancos como Itaú, Santander, Banco do Brasil, Banco Inter, Nubank e Bradesco tiveram instabilidades registradas no Down Detector, plataforma que mede falha na prestação de serviços online.

GOLPES

Por ser uma ferramenta nova e ligada à avanços tecnológicos, o sucesso do PIX depende da adaptação dos usuários. "É preciso informar as pessoas, e fazer elas entenderem que se trata de algo simples e seguro, que não é nada complexo por ser uma ferramenta tecnológica. Só assim, vamos deixar de pagar aquilo que se paga hoje para transferir por DOC e TED", diz Ticiane.

Apesar da simplicidade, no entanto, é preciso cuidado. "A desvantagem do PIX talvez esteja mais ligada à segurança. Com um novo instrumento de tecnologia, pessoas que não tem habilidade com a linguagem podem acabar se perdendo, travando, se expondo mais. Mas é algo completamente administrável", completa Edísio Freire.

Mesmo antes do lançamento oficial, golpes usando o PIX como disfarce já foram identificados por empresas especializadas em segurança. A estratégia usada por criminosos é o envio e-mails aparentemente mandados por grandes bancos, simulando um pedido de cadastro da chave do PIX para posterior roubo de dados.

Para o educador financeiro, mesmo as mensagens enviadas pelos bancos reais devem ser analisadas com cuidado. "Como é um meio de pagamento que todas as instituições financeiras estarão operando, é possível que a pessoa receba uma série de chamados ao cadastramento da chave. Inicialmente é melhor gerar código naquela instituição que você já confia e opera", orienta.

COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

SAIBA MAIS

Tudo o que você precisa saber sobre o serviço

Veja as respostas dos especialistas Edísio Freire, Fabrício Guerratto e Ticiane Amorim.

O que é o PIX?

O PIX é um novo meio de pagamento, que unirá pagamento em espécie, cartões, cheque e boleto às transferências bancárias.

Quais as diferenças entre PIX e o DOC ou o TED?

Para realizar uma transferência atualmente, se a pessoa não tiver conta na mesma instituição bancária, é necessário usar o DOC e o TED, que tem limitações de funcionamento. O PIX vai funcionar 24 horas por dia e sete dias por semana, eliminando os limites, inclusive no que diz respeito à conclusão da operação, que deve ocorrer em 10 segundos.

O PIX tem custos?

A determinação do Banco Central é de que não haja custos para pessoas físicas. Os bancos podem incluir custos em serviços associados e complementares. Para a pessoa jurídica haverá custos, determinados por cada banco.

Existem limitações para o PIX?

Sim. Nesse início, por segurança, a pessoa terá o limite de uso do PIX determinado pelo seu banco, que possivelmente deve ser similar aos limites de transferência que o usuário a possui para DOC e TED.

Quais as principais vantagens do PIX?

Além da praticidade, velocidade e baixo custo, o PIX muda muito a realidade dos pagamentos, tornando-os instantâneos, inclusive no que diz respeito ao processamento do pagamento.

E desvantagens, existem?

A desvantagem do PIX talvez esteja mais ligada à segurança. Com um novo instrumento de tecnologia, pessoas que não têm habilidade com a linguagem podem acabar se perdendo, travando, se expondo mais.

O PIX elimina o DOC e o TED?

A longo prazo, o PIX tende a fazer com que o TED e o DOC caiam em desuso, mas os três meios vão coexistir segundo a orientação do Banco Central.

Maia vê Bolsonaro e defende o teto de gastos

ADRIANA FERNANDES, O ESTADO DE S.PAULO

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu na reunião com o presidente Jair Bolsonaro o teto de gastos, a regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

No retorno ao trabalho depois de se curar da covid-19, Maia tomou café ontem com o presidente Jair Bolsonaro, o relator do Orçamento de 2021 e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Segundo apurou o Estadão, o presidente da Câmara foi até o Palácio da Alvorada para reforçar a necessidade de que é preciso cortar despesas e insistir na manutenção do teto de gastos e que não é possível encontrar "fórmula mágica" para o Renda Cidadã, o programa social que está sendo pensado pelo governo para substituir o Bolsa Família.

O presidente da Câmara defende a regulamentação dos chamados gatilhos, medidas de corte de despesas, focadas principalmente no funcionalismo, já previstas no teto, mas que pre-

MAIA
Presidente da Câmara defende cortar despesas



cisam ser antecipadas para evitar que a regra seja descumprida.

O café da manhã, no entanto, acabou não sendo muito produtivo no avanço das discussões sobre medidas para resolver o impasse fiscal que tem trazido desconfiança e aumento o risco fiscal na percepção dos investidores.

À noite, Maia tem reunião marcada com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Embora desafetos, os dois estão unidos na defesa do teto e de uma "saída or-

ganizada" para garantir o Renda Cidadã.

No governo, porém, há integrantes capitaneados pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que defendem deixar o Renda Cidadã fora do teto de gastos. Marinho esteve no café da manhã com Maia e Bolsonaro, mas não aparece em foto postada pelo senador Bittar nas suas redes sociais.

Na sexta-feira, 2, o Estadão/Broadcast revelou que Marinho disse em um call fechado da Ativa Investimen-

tos que é preciso encontrar uma forma de viabilizar o Renda, mesmo que para tal seja necessário flexibilizar o teto de gastos, regra constitucional que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Fontes que participaram do encontro disseram à reportagem que ele afirmou ainda que o Renda Cidadã "sai por bem ou por mal".

Em resposta, Guedes afirmou que, caso as críticas de Marinho fossem verdadeiras, o chefe do Desenvolvimento Regional seria "despreparado, além de desleal e fura-teto". No dia seguinte, Guedes participou de um churrasco no Alvorada promovido por Bolsonaro. Segundo a assessoria de Marinho, apesar de ter sido convidado, o ministro permaneceu em São Paulo.

Na esteira de desentendimentos, o Renda Cidadã segue sem definição concreta sobre seu financiamento. O programa será incluído na PEC emergencial, que é relatada por Bittar. O governo chegou a anunciar que a iniciativa seria bancada com parte dos recursos do Fundeb e com dinheiro do adiamento de precatórios (pagamentos que a União precisa fazer depois de decisões judiciais).

Presidente dos EUA Trump deixa hospital e retorna à Casa Branca

G1

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deixou o Centro Médico Militar Walter Reed, perto de Washington, por volta das 19h40 (horário de Brasília) de ontem, após receber alta de seu tratamento para Covid-19.

Usando máscara, ele saiu caminhando pela porta da frente e fez um sinal de positivo, antes de entrar em um carro que o levou até o helicóptero. Ao desembarcar na Casa Branca, no entanto, ele foi visto retirando a máscara, mesmo ainda estando com Covid-19, para posar para fotos em uma sacada. Ainda não completamente curado, ele prosseguirá recebendo cuidados na residência presidencial, onde uma equipe estará disponível durante 24 horas, de acordo com seu médico, Dr. Sean Conley.

Antes mesmo de sair, o presidente publicou um post dizendo que pretende retornar em breve às atividades de campanha por sua reeleição. Além disso, seus assessores afirmaram a jornalistas que ele gostaria de participar do próximo debate presidencial contra Joe Biden, marcado para 15 de

outubro. Mas nada disso pode ser garantido sem a liberação dos médicos, já que ainda não se sabe até quando ele deverá permanecer em isolamento para não transmitir o coronavírus.

Trump estava internado desde a tarde de sexta-feira, data em que divulgou que estava com a doença, após apresentar fadiga. Segundo um comunicado da Casa Branca, a hospitalização foi uma medida de precaução.

Apenas no domingo o Dr. Conley admitiu que o presidente havia tido febre alta e queda de oxigenação no dia em que foi levado ao Centro Médico. Ele recebeu oxigênio por duas vezes, na sexta e no sábado, mas se recuperou rapidamente em ambas, segundo o médico.

Ontem, antes da alta oficial, o próprio Trump anunciou em uma rede social que seria liberado. "Vou deixar o grande Walter Reed Medical Center hoje às 18h30. Sentindo-me realmente bem! Não tenha medo da Covid. Não deixe que ela determine sua vida. Nós desenvolvemos, na administração Trump, alguns medicamentos e conhecimentos realmente ótimos. Sinto-me melhor do que há 20 anos!", escreveu.

GUEDES, MARINHO E MAIA Jair Bolsonaro tenta ser "bombeiro" em brigas

CARLA ARAÚJO, DA UOL

A personalidade impulsiva do presidente Jair Bolsonaro já é uma de suas marcas. Muitas vezes, ele fala demais e cria crises para o governo. Ontem, no entanto, o presidente decidiu atuar como uma espécie de bombeiro para minimizar os desgastes entre membros de sua equipe.

O dia começou cedo, com o presidente recebendo em sua residência oficial o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O compromisso não estava previamente na agenda.

Na última sexta-feira, Marinho irritou o ministro da Economia, Paulo Guedes, com as notícias de que teria falado mal do mandatário da Economia a investidores em São Paulo. Marinho negou que tenha tentado desqualificar o ministro. Guedes não deixou barato e reagiu duramente tentando

colar em Marinho a pecha de ministro "fura-teto".

Segundo um auxiliar do presidente, o desgaste já teria ficado para trás e Bolsonaro pediu a Marinho cautela em declarações. O ministro do Desenvolvimento tem sido um dos principais responsáveis pelas agendas de viagens do presidente pelo país e Bolsonaro tem gostado de inaugurar obras. [x] Nesta mesma manhã também no Alvorada, Bolsonaro recebeu o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que na semana passada no ápice da briga com Guedes sugeriu que o ministro estaria "desequilibrado" e deveria assistir o filme "A Queda". Também estavam presentes o ministro da articulação, Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento de 2021 e que está com a tarefa de designar recursos para o programa de renda básica que o

presidente quer ter para chamar de seu. Na fotografia, divulgada por Bittar nas redes sociais, não há imagens de Marinho. Segundo fontes, porém, ele participou pelo menos de parte da reunião com todos em que se discutiu também a agenda que o governo ainda acredita que pode tirar do papel em 2021. Além disso, tanto Maia quanto o presidente reforçaram o compromisso do governo de manutenção do teto de gastos. Pelo menos um auxiliar do presidente reconheceu que não seria bom que Marinho estivesse na foto, já que como Guedes não estava no encontro a imagem poderia passar uma mensagem equivocada de apoio de Bolsonaro apenas a um lado de sua equipe. Justamente por isso, ao sair do Alvorada, Bittar foi até o ministério da Economia para um encontro com Guedes que, inclusive, alterou a agenda para receber o senador. No fim do encontro,

ao lado de Guedes, Bittar prometeu entregar seu relatório na próxima quarta-feira

E Maia e Guedes? Se na crise com Marinho a avaliação é de que o momento está mais calmo, a expectativa agora entre membros do governo é conseguir selar pelo menos uma trégua na relação de Guedes com o presidente da Câmara. Há a expectativa de que os dois participem nesta noite de um jantar na casa do ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas. A assessoria de Maia diz que a participação do presidente está prevista. Já a de Guedes diz que "até o momento não há essa informação". Auxiliares do presidente reconhecem que o temperamento de Guedes não ajuda nas tentativas de calma, mas afirmam que Bolsonaro ainda confia em seu ministro da Economia e acredita que o apelo por mais cordialidade nas relações será atendido.

No dia de cadastro do Pix, aplicativos de bancos emperram

GABRIEL SHINOHARA, DE O GLOBO

No dia de abertura do período de cadastramento do Pix, ontem, alguns aplicativos de bancos registraram instabilidade e até mesmo saíram do ar. Até 12h30, mais de 1 milhão de "chaves Pix" já foram cadastradas.

Apesar do grande número de cadastros, alguns usuários reclamaram nas redes sociais que não estavam conseguindo registrar as suas chaves. Segundo as instituições, os problemas foram temporários e a maioria dos aplicativos já voltou a funcionar normalmente.

A "chave Pix" funciona como a identificação do usuário dentro do sistema de pagamentos e transferências instantâneas. No caso do TED, por exemplo, são exigidos dados como agência, conta, CPF e nome do beneficiário. O Pix exige apenas uma das seguintes informações: CPF ou CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória alfanumérica. Mais de 600 instituições estão aptas a fazer o cadastro.

Nas redes sociais, alguns clientes do Itaú relataram dificuldade para acessar o aplicativo da instituição. Procurado, o banco admitiu que teve problemas, mas ressaltou que eles não foram causados pelo cadastro das chaves.

Mercado volta a se animar em meio a Trump; Bolsa sobe e dólar cai

REDAÇÃO, O ESTADO DE S.PAULO

As Bolsas de Nova York operam em alta, ajudando o Ibovespa, enquanto o dólar cede a R\$ 5,61 e os juros futuros têm alívio, refletindo o apetite ao risco dos investidores em meio a uma conjunção positiva de fatores externos. A combinação envolve sinal de melhora do estado de saúde do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que pode ter alta médica ainda nesta segunda-feira, 5, após ser internado na última sexta-feira com covid-19.

Em jogo, está a campanha contra Joe Biden, que abriu vantagem em direção à Casa Branca. Além disso, os mercados repercutem indicadores econômicos considerados fortes, a indicação da presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, de ajuda ao setor aéreo e, ainda chance de um novo pacote de estímulos fiscais nos EUA.

O petróleo, com ganho firme, por greve de trabalha-

dores do setor que pode afetar a produção na Noruega e nova tempestade tropical que pode afetar a região produtora do Golfo do México, ajuda a compor o quadro e exerce influência na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, brasileira via ações da Petrobrás.

No câmbio, o dólar tem a baixa intensificada por fluxo de entrada de capitais por meio da venda da moeda por exportadores, após uma alta pontual da divisa mais cedo, e ainda um desmonte leve de posições cambiais no mercado futuro para apuração parcial de ganhos recentes. Nos juros futuros, as apostas em alta da Selic diminuem marginalmente, pela melhora do humor generalizado, porém, o fato de ainda serem majoritárias atesta que as preocupações com o cenário fiscal doméstico não se dissiparam. Fica a incerteza em relação à fonte de recursos para financiar o programa Renda Cidadã e atenção especial no esforço concentrado para apaziguar o ambiente político e preservar a confiança dos investidores.

CAFÉ DA MANHÃ

Presidente decide receber Maia, Bittar e Marinho

EMILLY BEHNKE, O ESTADO DE S.PAULO

Enquanto a fonte de financiamento do programa social Renda Cidadã segue sem definição, o presidente Jair Bolsonaro recebeu ontem no Palácio da Alvorada o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o senador Márcio Bittar (MDB-AC) e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O ministro da Economia, Paulo Guedes, não esteve no café da manhã na residência oficial.

O encontro durou cerca de uma hora. Na saída, as autoridades evitaram falar com a imprensa. A reunião não estava prevista na agenda oficial dos participantes. O café da manhã ocorre após desentendimentos no governo, com troca de

acusações entre Maia e Guedes e também entre o chefe da Economia e Marinho.

Na sexta-feira, 2, o Estadão/Broadcast revelou que Marinho disse em um evento fechado da Ativa Investimentos que é preciso encontrar uma forma de viabilizar o Renda Cidadã, mesmo que para tal seja necessário flexibilizar o teto de gastos, regra constitucional que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Fontes que participaram do encontro disseram à reportagem que ele afirmou ainda que o programa "sai por bem ou por mal".

Em resposta, Guedes afirmou que, caso as críticas de Marinho fossem verdadeiras, o chefe do Desenvolvimento Regional seria

"despreparado, além de desleal e fura-teto". No dia seguinte, Guedes participou de um churrasco no Alvorada promovido por Bolsonaro. Segundo a assessoria de Marinho, apesar de ter sido convidado, o ministro permaneceu em São Paulo.

Na esteira de desentendimentos, o Renda Cidadã segue sem definição concreta sobre seu financiamento. O programa será incluído na PEC emergencial, que é relatada por Bittar. O governo chegou a anunciar que a iniciativa seria bancada com parte dos recursos do Fundeb e com dinheiro do adiamento de precatórios (pagamentos que a União precisa fazer depois de decisões judiciais).

A proposta não foi bem recebida pelo mercado e Guedes voltou atrás na ideia.

MÁRCIO BITTAR

Proposta para o Renda Cidadã será dentro do teto

MANOEL VENTURA, O GLOBO

O senador Márcio Bittar (MDB-AC) disse ontem, ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, que a proposta para o Renda Cidadã irá respeitar o teto de gastos. O parlamentar é relator do programa social que o governo desenha para substituir o Bolsa Família.

— Vocês (repórteres) vão me perdoar. Não vou entrar em nenhuma ideia de onde e como o Renda vai ser financiado. A não ser afirmar que é uma decisão de todo mundo, liderada pela equipe econômica, pelo ministro Paulo Guedes. Que a solução, qualquer

que seja ela, quaisquer que sejam elas, será dentro do teto — afirmou. Na manhã desta segunda-feira, Bittar se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro; o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ); o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, e com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, em um café da manhã no Palácio da Alvorada. Guedes não participou.

Bittar disse, após o encontro com Guedes, no ministério, que a ideia é apresentar a proposta na próxima quarta-feira pela manhã, mas não quis entrar em detalhes sobre como o Renda

Cidadã será financiado.

— É dentro do teto. Todos nós estamos estudando para que a gente apresente a proposta. A ideia é apresentar na quarta-feira pela manhã, aí sim dizendo, dentro do Orçamento, de onde nós vamos tirar — disse o senador.

Segundo ele, qualquer proposta precisará do "carimbo" da equipe de Guedes.

O teto de gastos impôs um limite para as despesas da União. Para não desprestigiar o teto, o governo precisa cortar despesas dentro do Orçamento para abrir espaço para os gastos do Renda Cidadã, já que eles serão maiores que os do Bolsa Família.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/10/2020	



MERCADO FINANCEIRO PREVÊ TOMBO MENOR DO PIB EM 2020



5 Outubro, 2020

Os economistas do mercado financeiro melhoraram sua previsão para o tombo do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. A previsão de retração da economia passou de 5,04% para 5,02% este ano, na quarta semana seguida de melhora. Para 2021, o mercado continuou projetando uma alta de 3,5%. As expectativas fazem parte do boletim de mercado, conhecido como relatório “Focus”, divulgado nesta segunda-feira (5) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/10/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 05 de Outubro de 2020 - 21:00

Pix registra mais de 1 milhão de cadastros em menos de 4 horas

por Larissa Garcia | Folhapress

O cadastro das chaves para o Pix, novo sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, começou nesta segunda-feira (5). De acordo com a autoridade monetária, entre as 9h, quando o sistema abriu para registros, e as 12h30, foram mais de 1 milhão de cadastros.

"Tivemos até 10h, na primeira hora de cadastramento, um pouco mais de 50 mil. É importante considerar que estamos na fase inicial, são primeiras pessoas que estão se movimentando", disse Carlos Eduardo Brandt, chefe-adjunto do departamento de competição e de estrutura do mercado financeiro.

A quantidade de acessos gerou instabilidade nos aplicativos de bancos.

O BC confirmou que a quantidade de acessos simultâneos gerou instabilidade e afirmou que os serviços estão normalizando. Nesta manhã, muitos consumidores reclamaram em redes sociais que não conseguiram acessar a conta-corrente pelo celular.

O registro das chaves é quando o cliente vincula ao número do celular ou ao endereço de e-mail, por exemplo, as informações pessoais e bancárias dele.

"A pessoa pode fazer mais de uma chave por conta. Ela pode não querer dar o número de celular dela para algumas pessoas, aí ela daria o CPF, por exemplo, para realizar a transação. Mas ela pode querer cadastrar o número para ceder a quem já tem o celular dela na agenda", explicou Brandt.

Na prática, quem fizer o cadastramento das chaves não vai precisar informar todos os seus dados na hora de transferir dinheiro ou pagar conta pelo Pix, ela precisará apenas falar a chave cadastrada (CPF, e-mail ou número de celular, por exemplo).

Segundo o BC, uma pessoa pode fazer até 5 chaves por conta-corrente e uma empresa, pode até 20.

"Não há limite da quantidade de contas por pessoa, se ela tem dez contas, ela pode registrar cinco chaves em cada. Mas não é possível cadastrar a mesma chave em duas contas", explicou Mayara Yano, assessora do departamento.

As chaves precisam ser validadas uma a uma.

Segundo Brandt, o cliente não precisa ter cadastrado a chave para realizar uma

operação pelo Pix, que começará a funcionar em 16 de novembro.

"É instrumento de conveniência, se ele não fizer o cadastro, ele terá que informar todos os seus dados para fazer a transação", destacou.

O BC informou que ainda não registrou problemas na plataforma. "O que tivemos foram questões pontuais de conexão com algumas instituições financeiras, o que é normal, o sistema está começando a operar", disse Brandt.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/10/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 05 de Outubro de 2020 - 20:00

Governo ainda não decidiu sobre mudança na dedução do IR, diz Tostes

A equipe econômica ainda não tomou nenhuma decisão sobre mudanças nas deduções do Imposto de Renda Pessoa Física e na declaração simplificada, disse nesta segunda-feira (5), o secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto. Em audiência na Comissão Mista da Reforma Tributária, ele informou que o Ministério da Economia também não decidiu sobre mudanças nos tributos das empresas e a cobrança de impostos sobre a distribuição de dividendos.

Segundo Tostes, o governo até agora só deliberou sobre mudanças nos impostos sobre o consumo, com a unificação de tributos na futura Contribuição sobre a Receita decorrente de Operações com Bens e Serviços (CBS). Com alíquota única de 12%, a CBS consta da primeira fatia da proposta de reforma tributária, enviada pelo governo ao Congresso no fim de julho, de acordo com a Agência Brasil.

Em relação aos demais temas da reforma tributária, o secretário especial informou que o governo só discutirá esses assuntos depois de encaminhar as propostas ao Congresso. Embora a equipe econômica ainda não tenha batido o martelo, Tostes admitiu que os demais pontos estão em fase de análise.

Além da CBS, a equipe econômica pretende enviar duas propostas ao Congresso: uma que muda o Imposto de Renda e reintroduz a cobrança de alíquota sobre lucros e dividendos e uma que desonera a folha de pagamento das empresas em troca da criação de uma contribuição sobre transações.

Em relação aos estados, o secretário especial da Receita disse que o governo ainda não conseguiu avançar nas discussões em torno de dois fundos bilionários que compensariam a perda de arrecadação dos estados com o fim da guerra fiscal e com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), gerido pelos municípios.

Embora tenha sido aprovada por todas as unidades da Federação, em reunião do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz), a proposta alternativa de reforma tributária que prevê os dois fundos conta com a resistência da equipe econômica. Segundo o Ministério da Economia, os estados estão contemplados pelo acordo que pôs fim à disputa judicial em torno dos recursos da Lei Kandir. O secretário também informou que a equipe econômica não conseguiu chegar a um acordo com os estados em relação a eventuais mudanças no Simples Nacional – regime especial de tributos para as micro e pequenas empresas – e em relação à distribuição dos recursos do imposto seletivo que incidiria sobre alguns produtos, como bebidas, cigarros e alimentos com açúcar. Tostes, no entanto, afirmou que o governo conseguiu formar um grupo de trabalho para calcular a base de cálculos e as alíquotas dos tributos estaduais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/10/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 05 de Outubro de 2020 - 19:20

Levantamento do Ipea aponta avanço de 3,4% em investimentos em julho

Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra avanço de 3,4% em investimentos na economia brasileira no mês de julho, quando comparado com junho. No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, houve um recuo de 2,4%.

Os dados são do Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), divulgado hoje (5). São medidos investimentos em máquinas e equipamentos, na construção civil e em outros ativos fixos, como propriedade intelectual, lavouras permanentes e gado de reprodução, entre outros.

Ainda de acordo com o levantamento, na comparação com julho de 2019, foi registrada uma queda de 3,8%. Já no trimestre móvel encerrado em julho deste ano, houve crescimento de 7%, segundo a Agência Brasil.

O consumo aparente de máquinas e equipamentos apresentou uma alta de 10,9%, após uma queda de 8,2% registrada no mês de junho. "De acordo com os seus componentes, enquanto a produção nacional de máquinas e equipamentos cresceu 21,5% em julho [terceira alta consecutiva], a importação caiu 7,6% no mesmo período", registra o estudo do Ipea.

Já na construção civil, os investimentos cresceram 2,7%. "O resultado sucedeu altas de 7,8% e 17,4% nos meses de junho e maio, respectivamente. Com isso, o segmento registrou um avanço de 8,5% no trimestre móvel", acrescenta o levantamento.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o componente da construção apresentou crescimento de 3,3% sobre julho de 2019. Já os segmentos de máquinas e equipamentos e de outros ativos fixos registraram queda, respectivamente, de 10,7% e de 5,5%.

Veículo: Política Livre	
Data: 06.10.2020	Caderno: Economia



Candidatos são orientados sobre normas sanitárias durante campanha eleitoral em Lauro de Freitas

BAHIA

O Ministério Público eleitoral recomendou, nesta segunda-feira (5), a candidatos, eleitores, dirigentes de partidos políticos e coligações de Lauro de Freitas que evitem aglomerações de pessoas acima do permitido por lei, usem máscaras, respeitem o distanciamento social de 1,5 m e evitem o contato físico durante os atos de campanha eleitoral. Segundo a recomendação, expedida pela promotora de Justiça Ivana Moreira, não pode haver distribuição de informes impressos, como panfletos, cartilhas, santinhos, adesivos e similares.

A recomendação também foi encaminhada à Prefeitura de Lauro de Freitas, às polícias Civil e Militar, Guarda Municipal e agentes de trânsito, que foram orientados sobre as ações de fiscalização dos atos, quanto à vedação do uso de fogos de artifício, poluição sonora dos carros de som, como também sobre a adequação às normas sanitárias contra o contágio do novo coronavírus.

Veículo: Estadão	
Data: .06.10.2020	Caderno: Economia



As quatro fases da tão sonhada reforma tributária

Ana Campos*

06 de outubro de 2020 | 05h30

Que o sistema tributário brasileiro é complexo, caro e, em larga medida, vai contra a lógica de eficiência tão em voga no ambiente de negócios atual, não é exatamente uma novidade. Para termos uma ideia, hoje as empresas gastam mais de 1.500 horas por ano, apenas para declarar impostos e tributos para a Fazenda.

O impacto desses desafios, vale frisar, não pesa só no bolso do contribuinte. Segundo dados divulgados pela própria equipe econômica da Presidência da República, atualmente, nada menos que espantosos 51% do PIB são gastos com contencioso tributário federal.

Tão antigo quanto essas mazelas, reside o desejo (ao menos no discurso) dos mandatários que governaram o país ao longo dos últimos 26 anos, em aplicar uma ampla reforma tributária que traga mais simplicidade para o modelo fiscal nacional. Todavia, em todo esse

tempo, não tivemos grandes avanços e, de Fernando Henrique Cardoso a Michel Temer, pouco se concretizou para reformularmos o, já celebre, carnaval tributário brasileiro.

Dentro deste contexto, no último dia 21 de julho, o Governo Federal enviou uma proposta de reforma tributária para o Congresso a ser aplicada em 4 fases e que promete reduzir custos, simplificar tributos, trazer mais segurança jurídica, transparência, maior equidade e “fim de privilégios”.

Ao longo deste artigo, analiso, em linhas gerais, cada fase da proposta e as especulações em torno do tema. Teremos, enfim, avanços?

1ª Fase: Unificação do PIS e da COFINS

O primeiro passo para a reforma tributária do Governo Federal envolve a criação do CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), tributo que unificaria as contribuições sociais do PIS e COFINS, com alíquota de 12% e validade imediata após a publicação da Lei – o projeto de criação do CBS já foi apresentado ao Congresso, por meio da PL 3887/2020.

Segundo o Governo Federal, uma das grandes vantagens deste primeiro passo envolve um ganho de transparência, pois o tributo incidiria sobre a receita bruta, e não mais sobre todas as receitas das empresas.

Por outro lado, uma das grandes críticas em torno do tema envolve a linearidade da cobrança, uma vez que áreas como a de serviços seriam diretamente impactadas com a mudança.

2ª Fase: Transformação do IPI em um Imposto Seletivo

O próximo passo da Reforma, segundo informou o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto em reportagem do Valor Econômico, será a simplificação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e sua transformação em um imposto eletivo, sobre bens específicos como cigarros e bebidas.

3ª Fase: Reformulação IR Pessoa Física e Jurídica

Na terceira etapa, o Governo vem discutindo a redução de alíquotas e retirada de deduções no Imposto de Renda da Pessoa Física. Já para as Pessoas Jurídicas, é prevista a redução de impostos sobre as empresas e, em contrapartida, a tributação de lucros e dividendos, hoje isentos.

4ª Fase: Desoneração da Folha e criação de imposto sobre transações digitais

Na última fase da proposta de Reforma Tributária do Governo Federal reside, possivelmente, um dos pontos mais discutíveis do projeto. Em um primeiro momento, o Governo pretende desonerar a folha de pagamento das empresas e estimular, com este movimento, a criação de empregos no país. A polêmica está no fato de que, para compensar as perdas com a desoneração, a equipe econômica do Governo discute a criação de um imposto sobre transações financeiras eletrônicas e que guarda semelhanças com a CPMF.

Repercussões

Além das análises que apontamos acima em alguns pontos da proposta, vale a pena resumirmos outras repercussões em torno do projeto de Reforma Tributária do Governo Federal.

O Congresso, por exemplo, fez críticas a proposta, classificando-a da “tímida” e pouco ambiciosa, segundo reportagem recente da Folha de S. Paulo.

No plano da unificação do PIS e da COFINS, por exemplo, há outras duas propostas tramitando na Câmara e no Senado, as quais, são mais abrangentes na unificação de impostos – a primeira englobando 5 tributos (IOF, PIS, COFINS, ICMS-estadual e ISS-municipal) e a segunda englobando 9 tributos (IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis; ICMS-estadual e ISS-municipal).

Por sua vez, especialistas da área econômica vem criticando a ideia da criação de uma “CPMF Digital”. Um dos grandes riscos de um possível novo imposto neste sentido seria a geração de impactos no comércio eletrônico – uma das áreas que, segundo o próprio Governo – mais tem crescido na economia do país. Além disso, trata-se de um custo que, possivelmente, será repassado ao consumidor no preço-final dos produtos.

O que esperar?

Pesando todos os lados da discussão, a proposta de Reforma Tributária do Governo Federal traz alguns avanços importantes, devendo, todavia, passar por ajustes para dar mais clareza ao projeto e uma melhor resolução de pontos que tem dividido a câmara, como o imposto sobre transações digitais ou os impactos do CBS em determinadas áreas econômicas importantes para o desenvolvimento do país.

A grande questão que permanece – sobretudo com um aparente enfraquecimento das relações da equipe econômica do Governo com o

presidente Jair Bolsonaro – avançaremos realmente com a Reforma? Ou ela ficará para a próxima estação, como em governos anteriores?

Pode ser que a resposta já tenha sido dada: em reportagem do Valor Econômico de começo de setembro, é apontado que “para votar o projeto de lei que flexibiliza o Código Brasileiro de Trânsito (CBT) na Câmara dos Deputados na próxima semana, o governo Bolsonaro desistiu do requerimento de urgência para o projeto de lei (PL) da reforma tributária”. A retirada do requerimento de urgência da Reforma Tributária era necessária pois o projeto trancava a pauta da Câmara dos Deputados e estava causando “pressão desnecessária na discussão sobre o tema”.

Diria que o tempo não está a nosso favor, e só a história dirá os desdobramentos do nosso atraso em discutir um tema tão importante e vital para manter o Brasil na competição mundial.

***Ana Campos, especialista em Aquisições e Reestruturações e sócia-fundadora da empresa Grounds**

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Pele macia

Uma disputa no mercado de pomadas contra assaduras, que colocou a Bepantol Baby, fabricada pela Bayer, contra a concorrente Hipoglos, da Johnson & Johnson, se encaminha para um desfecho no Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária). O órgão pediu para suspender na semana passada uma parte da campanha feita nas redes sociais pela Bepantol, sob o argumento de que suas peças faziam comparações indiretas entre os produtos.

EU TENHO, VOCÊ NÃO TEM Nos anúncios, a Bepantol não mencionava diretamente a Hipoglos, mas dizia que causava menos irritação, garantia mais proteção e não tinha alguns componentes da fórmula da concorrente.

FRALDAS A decisão do Conar acontece depois que a Johnson & Johnson reclamou da campanha da Bepantol, mas o órgão havia arquivado parte dos questionamentos. A fabricante de Hipoglos recorreu e obteve agora a decisão favorável. Procurada pela coluna, a Bayer afirma que está analisando quais peças precisarão ser ajustadas.

CATRACA O Procon-SP diz que vai seguir no programa de expansão de seus postos de atendimento presencial nos próximos meses. Depois de fazer parceria para se instalar em distritos policiais, o órgão está em contato com o Metrô, para colocar pontos nas estações, além da Assembleia Legislativa, segundo Fernando Capez, diretor do Procon-SP.

BALDEAÇÃO A prestação de serviço de defesa do consumidor está crescendo na internet, mas 40% da demanda, que inclui idosos e moradores da periferia, prefere postos físicos, segundo a fundação.

CHAMA O BOMBEIRO O resgate da ideia de incorporar o Ministério do Meio Ambiente à Agricultura, uma hipótese que foi levantada mas depois colocada para hibernar lá na transição, em 2018, é vista por empresas de fora do agronegócio como um atestado de que a gestão ambiental fracassou e precisa de mudança.

MANOBRAS RADICAIS A proposta é considerada uma operação arriscada, porque pode passar a imagem de que a raposa estaria cuidando do galinheiro. Entretanto, diante da gravidade da situação, a saída começa a parecer coerente.

NA REDE O apresentador e empresário Roberto Justus vai entrar no conselho consultivo da Wibx, criptomoeda focada no varejo, que também fechou parceria com os fundos de investimento Treepcorp, do qual Justus é sócio, e Squadra Ventures.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência setembro*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045,20 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045,20 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045,20 Aliquota 7,5%
De R\$ 1.045,21 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,00 12%
De R\$ 3.134,01 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de setembro vence em 20 out para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 out. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Aliquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7 out. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Irritado, Bolsonaro avalia reprimir Marinho por críticas contra Guedes

Continuação da pag. A19

A briga pública foi mal recebida por Bolsonaro. O presidente já havia enquadrado a equipe de Guedes há pouco mais de duas semanas.

Na ocasião, o presidente se irritou com uma entrevista concedida pelo secretário de Fazenda de Guedes, Waldery Rodrigues, sobre uma proposta para congelar aposentadorias e direcionar os recursos economizados para a ampliação da Bolsa Família.

Após esse episódio, Bolsonaro ameaçou demitir quem apresentasse essa ideia e determinou que Guedes e sua equipe mantivessem discrição sobre qualquer proposta em formulação no governo. A or-

dem foi obedecida e um pacto de silêncio foi respeitado no ministério nos quinze dias que sucederam a confusão.

Mas o pacto foi quebrado após Marinho fazer as críticas sobre o ministro, o que levou Guedes a disparar ataques contra o colega em entrevista à imprensa.

A expectativa é de que a reunião ministerial, prevista inicialmente para terça-feira (6), o presidente faça um discurso apaziguador e deixe claro que trocas públicas de críticas entre integrantes de sua equipe não serão mais admitidas.

O presidente convidou o ministro da Economia para o almoço de sábado na tentativa de acalmá-lo. Guedes tem afirmado que tem crédito com Bolsonaro porque ambos são "transparentes" e acabam se excedendo em público em momentos de estresse.

Em uma conversa privada, segundo relatos feitos à Folha, Bolsonaro disse que está satisfeito com o trabalho do ministro da Economia.

Na área econômica, técnicos apostam nas declarações públicas de Bolsonaro em apoio a Guedes para justificar sua força no governo. Nas recentes crises entre o ministro e a ala política, o presidente tem se pronunciado em defesa do ministro da Economia, afirmando ter compromisso com o teto de gastos.

Em conversas com auxiliares, o chefe da Economia afirmou que se formaram duas vertentes no governo: a ala política, que inclui Marinho, que busca manter a popularidade do presidente em alta a qualquer custo, e a equipe econômica, que tenta ajustar as contas e, na avaliação da pasta, tem aval do presidente.

Estímulo financeiro segura retração global, mas retomada é incerta

Auxílios e outras medidas dos Estados ajudaram a reverter parte do pessimismo, mas há cautela sobre a força do crescimento

Eduardo Cuccolo

SÃO PAULO Programas de transferência de renda, empréstimos e proteção ao emprego adotados por diversos governos em meio à pandemia do novo coronavírus ajudaram a reverter, em parte, o pessimismo sobre a economia mundial ao longo do terceiro trimestre.

A retirada desses estímulos, no entanto, gera dúvidas sobre como sustentar uma retomada e, ao mesmo tempo, tentar equilibrar as finanças governamentais.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, previa crescimento de 2,9% para o mundo no começo deste ano, chegou a projetar retração de 6% em junho e agora vê uma queda de 4,5%. Para o Brasil, a projeção de crescimento feita pela instituição de 1,7% foi revista para quedas de 1,7% (estimativa de junho) e de 6,5% (em setembro).

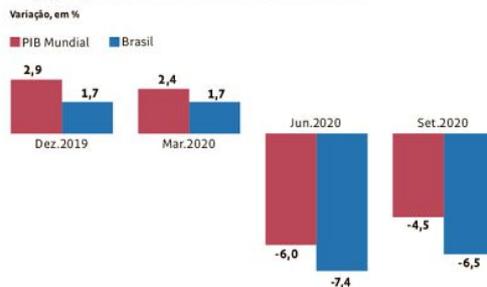
No Brasil, a melhor nas projeções coincide com a injeção de mais recursos na economia, por meio do auxílio emergencial para trabalhadores informais, que contribuiu para evitar uma queda na massa de rendimento das famílias, com programas de crédito e proteção ao emprego, bem como a reabertura das atividades e educação das mortes por causa da pandemia.

As projeções de mercado coletadas pelo Banco Central na pesquisa Focus para o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano chegaram a uma queda de 6,6% no dia 30 de junho, estimativa mais pessimista feita neste ano. Desde então, foram melhorando e, na última semana, estavam em -5,0%.

O próprio BC revisou sua projeção para 2020 de -6,4% (junho) para -5,0% (setembro), com destaque para a melhoria nos dados da indústria, da construção e do comércio e para a piora nos serviços.

Em seu Relatório de Trimestral de Inflação divulgado neste mês, o Banco Central cita a retomada da atividade econômica no terceiro trimestre e uma moderação na volatilidade dos ativos financeiros, fatores que resultaram em um ambiente relativamente mais favorável para as economias emergentes, embora haja bastante incerteza frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da pandemia da Covid-19.

Projeções para o PIB mundial em 2020 melhoram



Fonte: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

O governo está com um déficit gigantesco, para tentar equacionar o auxílio emergencial está querendo tirar recursos de outras áreas. A retomada do crescimento não vai ser um processo normal no caso do Brasil

Otto Nogami
economista
e professor
do Insper

Frederico Gomes, economista do Ibmec Brasília, afirma que a maciça injeção de recursos ajudou a evitar uma contração maior do PIB (Produto Interno Bruto) mundial neste ano, mas esse aumento de gastos é temporário e representa uma conta que terá de ser equacionada nos próximos anos.

"Agente estava muito pessimista em março e abril, e isso também vale para outros países. Por conta das políticas de estímulos, que foram muito fortes, a gente vai ter um 2020 melhor do que se imaginava em abril. Em compensação, as apostas de 2021 para a frente começam a ser reduzidas, até em função desse problema fiscal que vai ter de ser enfrentado tanto aqui como em outros países", diz Gomes.

"Mesmo que tenha uma vacina, tem coisas que não vão voltar como era antes. Isso dificulta uma retomada mais rápida e se reflete também no investimento, que é o que vai gerar o crescimento lá na frente", diz.

O economista Marcel Balassiano, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV.br, afirma que a retração da economia ainda estará em patamares recorde, apesar da melhoria nas expectativas, que está ligada principalmente às medidas de estímulo à economia que praticamente todos os países fizeram, em maior ou menor grau.

No Brasil, isso é representado principalmente pelo auxílio emergencial. Na Europa, se destacam também medidas de retenção de emprego, como o "Kurzarbeit" na Alemanha, utilizado na crise de 2008/2009 e que vários países também repetiram agora, como França, Itália, Espanha e Reino Unido.

"A melhor palavra que define essa crise é a incerteza, econômica e sanitária. São muitas, mas menores do que há sete meses, quando tudo começou. Uma das grandes incertezas é como as economias vão se comportar quando esses estímulos forem reduzidos ou acabarem", afirma Balassiano.

"No Brasil, o auxílio já não é mais de R\$ 600. Na Europa, uma discussão é que você está mantendo renda, mas isso não vai durar para sempre e, quando esses estímulos acabarem, provavelmente o desemprego vai aumentar", diz.

O economista Otto Nogami, professor do Insper, diz que as perspectivas para a economia brasileira ainda são piúres do que as expectativas para o desempenho médio global.

Afirma ainda que boa parte da recuperação nos indicadores econômicos brasileiros no trimestre atual reflete mais os efeitos estatísticos da queda do PIB no segundo trimestre e uma reconstrução de estoques do varejo e da indústria.

"A economia mundial está já operando dentro de uma normalidade, sofreu um baque, mas há uma perspectiva de retomada do crescimento, talvez não de forma pujante. É um cenário diferente do nosso. Nós entramos no isolamento social com uma economia totalmente fragilizada. Já estávamos estruturalmente em uma situação ruim", afirma Nogami.

"O governo está com um déficit gigantesco, para tentar equacionar o auxílio emergencial está querendo tirar recursos de outras áreas. A retomada do crescimento não vai ser um processo normal no caso do Brasil".

MÍRIAM
LEITÃO

oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br

Por Alvaro Gribel (Interino)



Novo entrave na reforma tributária

A notícia de que o governo estuda acabar com a declaração simplificada do Imposto de Renda para financiar o Renda Cidadã já é um novo entrave na reforma tributária. Ontem, em audiência na Comissão Mista do Congresso, o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, e a assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, se recusaram a responder perguntas dos deputados e senadores que queriam saber detalhes da proposta. Se a Comissão já tinha dificuldades em avançar, ganhou mais um ponto de incerteza e discórdia.

“Vamos nos limitar a falar sobre os tributos sobre consumo”, justificou Vanessa Canado, referindo-se à primeira fase da proposta encami-

nhada pela equipe econômica há mais de dois meses. Ao mesmo tempo em que o governo não conclui o projeto, deixa vazar estudos para financiar o programa de assistência social com ideias que deveriam estar na reforma tributária.

A grande questão é: como financiar o Renda Cidadã? O governo tem três opções. Tira de alguém, aumenta tributos ou se financia no mercado, ampliando o déficit. Em cada uma delas, há consequências. Ampliar o déficit significa perder apoio do mercado, com disparada do dólar, queda da bolsa e encarecimento da dívida. Aumentar imposto, ou reduzir subsídios, vai mexer diretamente com o bolso das famílias ou das empresas. E fazer a consolidação de outros programas sociais nada mais é do que tirar de quem precisa para dar a quem também precisa. Ontem, como revelou O GLOBO, falou-se em cortar dos supersalários, o que demandaria comprar briga com a elite do funcionalismo.

Depois de encontro com o ministro Paulo Guedes, pela manhã, o relator do Orçamento, Márcio Bittar, prometeu para quarta-feira a divulgação da fórmula. Disse que será “dentro do teto”. Vindo de quem chamou de “hipócritas” os que criticaram a postergação do pagamento de precatórios, pode-se esperar qualquer coisa.

Na reforma tributária, ainda são muitas as discordâncias, segundo o secretário José Tostes. “Temos feito dezenas de reuniões com os estados, avançamos em alguns pontos, mas não

consequimos avançar em relação aos temas dos fundos, do comitê gestor, da transição para o novo tributo, imposto seletivo e o Simples”.

Em live semanal da Arko Advice, uma das consultorias mais ouvidas pelo mercado financeiro, o cientista político Murilo de Aragão brincou que o governo Jair Bolsonaro parece um carro velho, pois “faz muito barulho e anda pouco”. Sobre a reforma tributária, disse que ela “respira por aparelhos” e não vê possibilidade de aprovação de nenhum projeto relevante até a sucessão nas presidências da Câmara e do Senado, em fevereiro do ano que vem. Ao que tudo indica, o ano de 2020 já está perdido.

GANHA, MAS NÃO LEVA

Donald Trump é o candidato do mercado financeiro nas eleições dos EUA e sobre isso não há dúvidas. Ontem, após a saída do hospital, as bolsas subiram e o dólar se enfraqueceu no mundo, com aumento da confiança. Mas há investidores que já começam a ficar com a pulga atrás da orelha com a possibilidade de o presidente conseguir a reeleição, mas perder o comando das duas Casas. Hoje, os republicanos controlam o Senado mas desta vez a maioria pode ser democrata. Nesse caso, uma vitória de Joe Biden poderia ser bem recebida, pela maior chance de governabilidade, tendo o Congresso ao seu lado.

BAIXO VOLUME

Apesar da alta de 2,2% do Ibovespa, o volume de negócios continua baixo. Nos últimos 21 pregões, não chegou a R\$ 20 bi, o que significa um clima de cautela. Ontem, mesmo com a valorização, foram negociados apenas R\$ 17,8 bi em papéis. O risco de furar o teto fez voltar o temor de um novo rebaixamento do rating brasileiro no final do ano. Até a quinta-feira, última estatística disponível, os investidores estrangeiros retiraram R\$ 88,27 bi da bolsa.

SOBROU PARA O CAFÉ

A política ambiental do governo Bolsonaro põe sob desconfiança até quem não tem mais relação com o desmatamento. A ONG Rainforest Alliance Brasil, que certifica fazendas exportadoras de café com o selo sustentável, foi consultada por compradores europeus para saber se o setor cafeeiro tem derrubado florestas no Brasil. Se no passado o café foi o grande vilão, hoje esse papel está com a soja e a pecuária. “O café no Brasil não é hoje um problema de desmatamento. Primeiro que ocupa uma área relativamente pequena, depois porque está em áreas consolidadas há muito tempo”, disse Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas.

A colunista está de férias.

Veículo: O Globo	Online
Data: 06/10/2020	Coluna: Economia



Já era

06/10/2020 - 01:00

O teto de gastos já era. Ao menos como o conhecemos, já era. Questão de tempo até que sua revisão se imponha. Aquele teto assentado no governo Temer, em tempos (agora sabemos) de paz: já era. O mar virou. Está dado. A flexibilização virá. Já era. E também Paulo Guedes, o flexível: já era. (Isso, claro, se tiver sido algo — que não fachada liberal-reformista para o estelionato eleitoral bolsonarista — alguma vez neste governo.) Se fica ou não, é irrelevante. Hoje: irrelevante. Para algum efeito produtivo: irrelevante. Trata-se de um ministro da Economia — de um gigantesco Ministério da Economia — publicamente esvaziado de qualquer poder político. Já era.

Para Jair Bolsonaro, contudo, é bom — ainda bom — que fique. Menos por enganar algum crente retardatário na viabilidade de um projeto de poder reacionário, que se expande abrindo as velas pragmáticas do populismo, abarcar um programa de reformas estruturais do Estado. E mais por ser Guedes — minion que é — um batalhador apaixonado, operário mesmo, testando ao máximo a elasticidade de sua cervical liberal, pela reeleição do presidente; o seu problema, este também dado, consistindo em incompetência, em incapacidade para entregar.

Daí por que perdeu o Renda Brasil — programa a cuja formulação se agarrara como maneira de sustentar algum protagonismo competitivo. Perdeu. Bolsonaro lhe tirou esse último trampolim, também talvez o chão derradeiro. Ninguém precisa ser um trabalhador — o presidente nunca foi — para identificar alguém ruim de serviço.

Ninguém precisa ser um trabalhador para reconhecer alguém esforçado, que veste a camisa. Alguém — ainda — útil. Guedes, este útil abnegado, então convertido em mero tocador de boi de piranha; o animal lançado ao sacrifício sendo algum entre seus secretários, estimulados a propor ideias colocando a cabeça não na janela do debate público, mas na linha da guilhotina, ou um parlamentar que, seduzido pelos holofotes, aceite ser balão de ensaio para propostas esdrúxulas de como financiar o ex-Renda Brasil.

Guedes, tocador de boi de piranha — se com sorte. Se não for ele mesmo o próprio bicho. Questão de tempo.

Fato é que o teto de gastos já era. Fato é que o Renda Cidadã virá. E que é o governo o principal agente — embora oculto — para que assim seja. Para que um amontoado de impasses se arraste até o final do ano, o país pressionado pelo fim do auxílio emergencial, até que do Congresso venha o consenso de que só se poderá custear o segundo reformando o primeiro. Sobre o Parlamento recaindo, mais uma vez, todo o ônus político do que, para o ente mercado, será movimento de irresponsabilidade fiscal. O desgaste de conceber e viabilizar políticas públicas pesando no lombo do Congresso. A colheita dos dividendos eleitorais a ser novamente de Bolsonaro. Padrão.

O Planalto investe na projeção de um fato consumado. Estabelece a demanda. Os milhões assistidos pelo auxílio emergencial. Define a agenda. O Renda Cidadã virá para não desassistir os pobres depauperados pela peste. Então, controla os tempos da crise, já crispados por um calendário espremido por eleições. Manipula a seu favor a convenção social — por mais gastos — decorrente das exigências econômicas de uma pandemia. Induz às sinucas. Faz circular várias formas — absurdas — de bancar a demanda. Interditas as factíveis, por impopulares — ou por mexerem com interesses corporativistas. Desincumbe-se da carga — do prejuízo — das escolhas inerentes a administrar. E empurra a responsabilidade — a solução — ao Legislativo. Padrão.

Um governo covarde. Que avançou para uma etapa em que já nem mais bota a cara. Que quer e terá um Bolsa Família para chamar de seu; mas lavando as mãos sobre como incrementá-lo. Que dá palanque a um senador como Marcio Bittar, relator do Orçamento, planta nele a ideia estúpida de financiar o programa por meio de calote a dívidas da União já transitadas em julgado, endossa — ladeando-o — o anúncio do que seria a solução, colhe a reação desejada, que interdita mais uma possibilidade, e então descarta a suposta alternativa que não apenas apoiara, como fornecera.

O governo é covarde porque, querendo flexibilizar o teto de gastos, poderia — deveria — abrir e liderar o debate sobre sua revisão. Talvez seja mesmo necessário. A discussão seria fundamental. O governo é covarde porque, querendo rever o teto de gastos, prefere — em campanha eleitoral permanente — rolar prerrogativas, jogar com a (vaidosa) independência de outro Poder e lhe parasitar as iniciativas.

É questão de tempo, pois, até que o Parlamento comande a costura por um novo teto de gastos. Questão de tempo. Improvável, no entanto, que seja sob a presidência de Rodrigo Maia. Caso irônico em que o ex-rigoroso Guedes — ora a dizer que a manutenção do teto representa sua última fronteira — deveria agradecer ao presidente da Câmara por ter ainda desculpa para dissimular seu bolsonarismo essencial.

Audiência final expõe embate sobre tributária e parecer fica sem prazo

Relator não deu prazo para apresentar o texto

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A audiência pública final da comissão do Congresso sobre a reforma tributária mostrou poucos acordos após meses de debates e acabou com grandes divergências entre governo federal, Estados, municípios e os formuladores das duas propostas de emenda constitucional (PEC). Responsável por criar o consenso, o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), não deu prazo para apresentar o texto.

Ribeiro só defendeu uma proposta mais ampla, ao contrário dos prefeitos das grandes cidades, e deixou a reunião bem antes do fim. “A reforma tributária é urgente. Embora possa se discordar de alguns modelos e propostas, há muito mais convergências do que divergências”, disse, sem citá-las.

Os formuladores técnicos de cada proposta, porém, foram pródigos em destacar as diferenças. “Simplificação não se confunde com a unificação de tributos diversos”, disse Alberto Macedo, indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo. Para ele, o grande problema não é o ISS, municipal, mas o ICMS, estadual, e o PIS e Cofins, federais, por isso é melhor que cada ente reformule seus próprios tributos - o “Simplifica Já”. Ele listou economistas que criticam a tese de crescimento da economia com a aprovação das PECs.



Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que formulou a PEC 45, rebateu que o crescimento do país compensará eventuais altas em saúde e educação por causa de ganhos com a desburocratização e maior renda das famílias. “Esses mesmos economistas já fizeram várias propostas de reforma e nunca apresentaram impacto sobre o crescimento. Portanto, é só crítica por crítica, sem nada de construtivo”, acusou.

PEC 45 propõe um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único, que juntaria IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. O IVA Dual, com modelos distintos propostos pela PEC 110 e pelo governo, é pior, na opinião de Appy, porque haverá duas interpretações diferentes sobre a mesma legislação. “É o fim do mundo? Não, mas claramente é muito melhor ter um IVA só.”

O ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB), autor da PEC 110, listou 25 pontos em que sua proposta seria melhor e mais ampla que a PEC 45. Ele sugere juntar os cinco tributos com IOF, salário-educação, Cide e Pasep. “Tirar o salário-educação e botar no IVA é tirar de uma base super tributada, que é a folha, e colocar em outra super tributada, o consumo”, divergiu Appy. “A base salário pode ser IVA porque vai para o preço”, rebateu Hauly.

O secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, afirmou que houve avanços com os Estados sobre o contencioso administrativo e “alguma coisa” do contencioso judicial, além da criação de um grupo para debater as alíquotas. “Não conseguimos avançar em relação aos temas dos fundos, do comitê gestor, da transição, no possível imposto seletivo e no tratamento do Simples”, elencou.

Desses, os fundos foram o maior embate ontem. Os governadores querem que 3% do IVA referente ao governo seja direcionado para um fundo que permitiria aos Estados menos desenvolvidos atraírem empresas, já que a guerra fiscal acabaria

com as PECs. “O fundo de desenvolvimento regional é imprescindível”, disse o secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, representante dos Estados. Ele somaria mais de R\$ 400 bilhões, mas iniciaria em apenas R\$ 10 bilhões em 2024, argumentou.

A assessora especial do ministro da Economia, Vanessa Canado, disse que isso aumentará o endividamento da União e que a contraproposta do governo é remodelar os atuais fundos regionais. “Em todos esses anos foram bilhões e bilhões de reais aplicados em políticas que resultaram em nenhum emprego adicional, nenhuma renda adicional.”

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) contou que o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) foi categórico em dizer que só há acordo com essas compensações. “No caso da reforma tributária, não voto pelo Brasil. Tenho que votar pelo meu Estado, o Mato Grosso do Sul. E a maioria dos senadores é do Norte, Nordeste e Centro-Oeste [que também querem o fundo]”, alertou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Garçonete ganha uma gorjeta de \$4000 — depois seu chefe faz algo que a deixa chorando
HOUSETRICKS

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day
AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

Não fique para trás, siga estes passos para obter uma grande pensão e se aposentar cedo
PENSIONBR

Encontro com Maia busca saída para destravar programa

À noite, presidente da Câmara participou jantar de reaproximação com Paulo Guedes

Por Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi — De Brasília

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Marcio Bittar, Rodrigo Maia, Jair Bolsonaro e Luiz Eduardo Ramos em encontro ontem no Palácio da Alvorada — Foto: Reprodução Facebook/Marcio Bittar

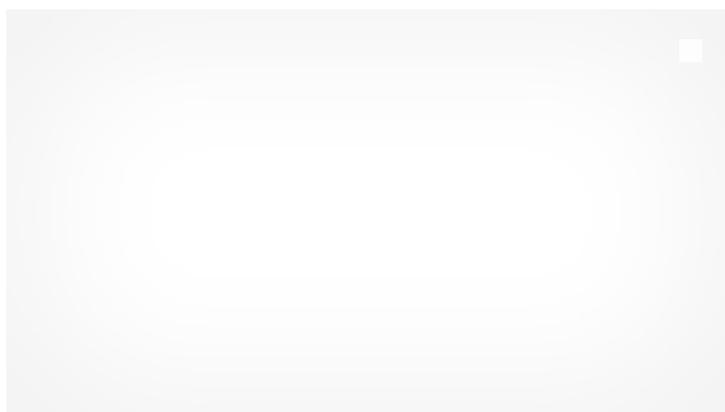
Em meio a divergências internas sobre a formatação e a fonte de financiamento do Renda Cidadã, o presidente Jair Bolsonaro se reuniu ontem com o relator do

Orçamento e da PEC do Pacto Federativo, senador Marcio Bittar (MDB-AC), junto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Os últimos dois tiveram recentemente divergências públicas com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que não participou do café da manhã. À noite, Maia e Guedes foram a um jantar de reaproximação promovido por parlamentares e ministros do Tribunal de Contas da União (TCU).

O encontro da manhã, no Palácio da Alvorada, teve clima ameno. Segundo interlocutores, Maia voltou a enfatizar que é contra qualquer rompimento do teto de gastos e Marinho reforçou que está disposto a contribuir na elaboração de alternativas que não extrapolem este limite. “Tomei café com o Rodrigo Maia. Estou errado? Quem faz a pauta da Câmara?”, argumentou Bolsonaro, em conversa com apoiadores que o esperavam na frente do palácio.

A agenda foi a primeira de Maia após se recuperar da covid-19. Ele também aceitou participar do jantar com Guedes, realizado no apartamento do ministro do TCU Bruno Dantas, com o objetivo, segundo fontes, de dar fôlego à agenda de reformas em seus últimos meses no comando da Casa.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Na semana passada, depois que aliados de Bolsonaro disseram que a segunda etapa da reforma tributária ainda não seria encaminhada ao Congresso por falta de acordo com lideranças partidárias, Maia reagiu e afirmou que o ministro da Economia estaria interditando o avanço da proposta.

A declaração foi o estopim para a troca de farpas protagonizada pelos dois, em meio à qual Maia chamou Guedes de desequilibrado e o ministro disse que há boatos segundo os quais o parlamentar teria fechado um acordo com partidos da esquerda para não avançar com o pacote de privatizações.

Conforme o **Valor** revelou, antes do rompimento havia uma articulação para a aprovação da reforma tributária no formato que Maia defende. Para isso, ele poderia retirar obstáculos à votação da proposta de criação de uma nova CPMF.

De acordo com interlocutores, Maia não demonstrou resistência ao receber a sugestão de se reunir com o chefe da equipe econômica em uma nova tentativa de pacificação. Na avaliação de seus aliados, uma eventual bandeira branca entre ele e Guedes pode ser determinante para que as mudanças no sistema tributário avancem pelo menos na Câmara antes de fevereiro, quando está prevista a sua saída da presidência da instituição.

Além de Maia, Guedes e Dantas, participaram também do jantar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), os ministros Fábio Faria (Comunicações) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo da Presidência), os senadores Kátia Abreu (PP-TO), Renan Calheiros (MDB-AL), Eduardo Braga (MDB-AM), o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), o presidente do TCU, José Múcio Monteiro, e o ministro da corte de contas Vital do Rêgo.

Na chegada, ao ser questionado se o encontro representaria uma bandeira branca ou apenas uma aproximação, Maia respondeu: "Vamos ver".

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A20s 32GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.5" Octa-Core 1.8 GHz 4G Câmera Tripla 13.0 MP + 5.0 MP + 5.0 MP(UW) - Vermelho

R\$ 1.134,32 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Fim do desconto na declaração simplificada do IR pode bancar perdas com desoneração

Pela proposta em estudo, recursos poderiam repor perto de R\$ 10 bi em receitas que serão perdidas caso Congresso derrube veto à ajuda para folha salarial de 17 setores

Por Lu Aiko Otta, Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De Brasília

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

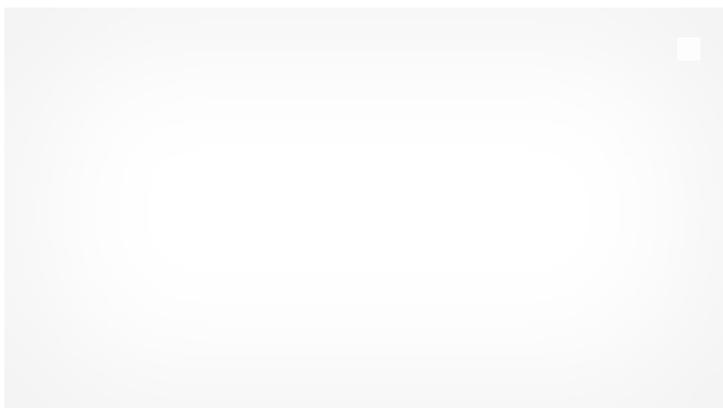
A equipe econômica examina a possibilidade de acabar com o desconto padrão de 20% aplicado pelas pessoas que preenchem a declaração simplificada do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A discussão está no âmbito da reforma tributária, mas **Valor** apurou que o dinheiro poderá ser usado para repor perto de R\$ 10 bilhões em receitas que o governo deixará de recolher, caso o Congresso derrube o veto do presidente Jair Bolsonaro ao fim da desoneração da folha salarial de 17 setores.

No entanto, ainda não há decisão quanto à adoção da proposta. Uma das questões que ainda não estão claras é se essa mudança poderia já valer para 2021, na declaração de ajuste relativa a 2020, dado o princípio da anualidade. Um interlocutor disse que isso depende da interpretação que será dada pelas áreas jurídicas do governo.

Ontem, questionados sobre o tema na comissão mista do Congresso que discute a reforma tributária, o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, e a assessora especial Vanessa Canado informaram que não há decisão. “O fato de o governo não ter enviado [ao Congresso] a proposta de Imposto de Renda não significa que esta comissão não está discutindo. Não aceito isso como resposta. É preciso respeitar a comissão. Resposta evasiva, dessa natureza, desmerece essa comissão”, reagiu o

senador Major Olímpio (PSL-SP). “Ao invés de tributar lucros e dividendos, vamos massacrar ainda mais a classe média?”, questionou a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A medida poderá integrar a segunda etapa de propostas do governo para a reforma tributária, ainda não enviada ao Congresso. Um dos elementos é a reforma do Imposto de Renda. Nesse grupo, estão em exame a elevação da faixa de isenção do IRPF e a redução da tributação sobre a pessoa jurídica, combinada com a taxaçaõ da distribuição de lucros aos acionistas e dos juros sobre o capital próprio. Atualmente, a faixa de isençaõ do IRPF está em R\$ 1.903,98. Poderia ir a R\$ 3 mil. Já a tributacaõ sobre empresas é de 35% e recuaria para 25% ou 20%, ainda não se sabe se gradual ou de uma vez só. A informaçaõ sobre a possibilidade de o desconto padrãõ ser eliminado foi publicado ontem pelo jornal “Folha de S.Paulo” e confirmada pelo **Valor**. Diferentemente do que afirmava a reportagem, recursos decorrentes do fim desse benefício não servirãõ para fortalecer o programa Renda Cidadã, segundo fontes.

O principal problema do Renda Cidadã é a falta de espaço fiscal para sua realizaçaõ sem romper o teto de gastos públicos, explicou um interlocutor do ministro Paulo Guedes. O fim do desconto-padrãõ do simplificado é uma medida que traria mais receitas aos cofres públicos, mas não abriria espaço sob o teto. A ideia, porém, ganha força porque alguns avaliam como politicamente mais fácil de defender do que a reduçaõ das deduções com saúde e educaçaõ. Isso porque a mudança não prejudica os declarantes que têm despesas a deduzir, segundo uma fonte. Esses continuarãõ podendo abater seus gastos, mas na declaraçaõ completa. A deduçãõ não seria eliminada.

FMI vê 'riscos excepcionalmente altos' para o país

Instituição defende importância do teto de gastos e de medidas para reduzir gastos obrigatórios

Por Sergio Lamucci — De São Paulo

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



FMI considera fundamental o teto, mecanismo defendido por Paulo Guedes — Foto: Jorge William/Agência O Globo

O Brasil enfrenta “riscos excepcionalmente altos e multifacetados”, apontou ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI), considerando ser fundamental o país implementar reformas que reduzam as despesas obrigatórias e a rigidez orçamentária, fortaleçam a rede de proteção social e modernizem o sistema tributário. Na declaração da equipe ao fim da missão que faz o raio x anual da economia do país, o Fundo ressalta, entre as principais ameaças, “uma segunda onda da pandemia, as consequências de longo prazo de uma recessão prolongada e a vulnerabilidade a choques de confiança devido ao nível elevado da dívida pública”. Nesse quadro, a “implementação célere de reformas estruturais que garantam a consolidação a médio prazo será essencial para mitigar o risco de uma dinâmica indesejável da dívida pública”, diz o FMI.

O relatório avalia ainda que, “na ausência de evidências inequívocas da manutenção do teto de gastos, qualquer despesa adicional poderia minar a confiança do mercado e elevar as taxas de juros”. Segundo o FMI, “em razão do forte aumento do déficit fiscal primário, a previsão é que a dívida pública bruta salte para cerca de 100% do PIB em 2020 e continue elevada no médio prazo”. Além disso, “as necessidades brutas de financiamento, que representam 29% do PIB em 2020, estão sendo supridas por uma combinação de emissões internas e uso de ativos líquidos (depósitos do Tesouro no BC)”.

O FMI observa que a Selic muito baixa, “combinada com o recente encurtamento do prazo médio da dívida, permitiu ao governo reduzir seus custos de captação para níveis historicamente baixos (5%, em comparação à máxima de quase 15% no fim de 2016)”. O ponto é que o Brasil hoje se defronta com uma curva de juros em moeda nacional “bastante inclinada, o que ressalta as preocupações do mercado com a sustentabilidade fiscal”, aponta o documento.

“O compromisso inarredável das autoridades com o teto de gastos é positivo. Com a dívida pública ascendendo a 100% do PIB, preservar o teto constitucional de gastos como âncora fiscal é fundamental para apoiar a confiança do mercado e manter contido o prêmio de risco soberano”, diz o FMI, que obviamente não faz referências à luta dentro do governo em torno do teto. “Será necessária uma consolidação fiscal significativa para eliminar o déficit fiscal primário, que a missão estima seja necessário para a estabilização do nível de dívida pública a médio prazo”. O FMI

estima que o déficit primário (que exclui gastos com juros) ficará em 12% do PIB neste ano, encolhendo para 3,1% do PIB no ano que vem.

O documento traz também a melhora a projeção do FMI para o PIB em 2020, que estava defasada e excessivamente pessimista. Em vez de um tombo de 9,1%, divulgado em junho, o FMI passou a estimar uma retração de 5,8%, ainda assim um número pior do que o consenso de mercado, atualmente em 5,02%. Para 2021, a estimativa foi reduzida de um crescimento de 3,6% para uma expansão de 2,8%, também inferior aos 3,5% projetados pelo mercado.

O FMI reconhece um aspecto que pode surpreender favoravelmente - “a recessão pode ser menos severa, ou a recuperação mais robusta, do que o projetado”. Ainda assim, os riscos são significativos. “Com o auxílio emergencial reduzido à metade nos últimos quatro meses do ano, espera-se que a recuperação do consumo privado seja apenas moderada no segundo semestre de 2020, com uma lenta expansão em 2021 devido aos efeitos prolongados da crise sanitária e à retirada de apoio fiscal”, diz o Fundo.

“A utilização da poupança das famílias acumulada em 2020 ajudará a estabilizar o consumo no primeiro trimestre de 2021 e, assim como em muitos países, o investimento será inibido pela capacidade ociosa e a elevada incerteza sobre as perspectivas de crescimento”, aponta o documento.

O FMI diz ainda que mais apoio fiscal pode ser necessário, “caso a evolução das condições sanitárias, econômicas e sociais seja pior do que o esperado pelas autoridades”. A questão é que a evolução da pandemia tem um grau muito elevado de incerteza, “e a retirada do apoio fiscal no fim do ano adicionará pressão sobre um hiato do produto [medida de ociosidade na economia] já expressivo”.

Ao analisar a reação do governo aos efeitos da pandemia, o FMI a classificou como “rápida e substancial”, dizendo que a “sólida resposta de políticas” evitou uma recessão mais profunda, estabilizou os mercados e amorteceu os efeitos da pandemia sobre os mais pobres. O documento lembra que, “no fim de março, o Congresso decretou estado de calamidade pública, abrindo caminho para a adoção de medidas fiscais e quase-fiscais equivalentes a 18% do PIB”.

O Fundo também nota que, “com mais de 140 mil mortes e 4,8 milhões de casos confirmados, o Brasil é um dos países mais atingidos no mundo” pela pandemia. No documento, o FMI destaca o papel do auxílio emergencial, por ter sido “indispensável para dar suporte aos meios de subsistência dos trabalhadores informais e das famílias pobres”, estimando-se que tenha elevado a renda de 23 milhões de indivíduos acima da linha de pobreza extrema”. No entanto, “a expansão do auxílio a 67,7 milhões de beneficiários resultou em custo fiscal médio de cerca de 4,6% do PIB ao longo de nove meses. Com custo quase dez vezes maior que o custo anual do conceituado programa Bolsa Família, o auxílio emergencial foi uma medida bastante expressiva, tendo em conta o espaço fiscal disponível”, afirma o FMI.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto
R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.
DIUREX FIT POWER

LINK PATROCINADO

Stenio indica tratamento para próstata, sucesso em Camaçari
DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

por taboola

Conteúdo Publicitário

Governo insiste em manobra e recurso para educação está em risco, diz especialista

Usar dinheiro do fundo para educação básica seria passar um “corretivo” no que o Congresso aprovou em ampla maioria nas duas casas, segundo diretor do Todos pela Educação

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A ideia do governo de usar até 5% dos recursos do novo Fundeb para bancar o Renda Cidadã é incompatível com o funcionamento do fundo e sugere que o governo busca uma brecha a partir da lei de regulamentação do mecanismo, diz Lucas Hoogerbrugge, líder de relações governamentais do Todos pela Educação.

“Usar a parte do Fundeb para o Renda Cidadã é muito improvável porque tecnicamente é incompatível com o que foi aprovado na emenda constitucional do Fundeb. Seria passar um ‘corretivo’ no que o Congresso aprovou em ampla maioria nas duas casas”, afirma Hoogerbrugge.

A natureza do Fundeb é diferente da de um programa social porque os recursos são distribuídos diretamente às redes de ensino, não às famílias dos alunos, e servem para custear despesas como a infraestrutura das escolas e os salários dos professores.



De acordo com duas fontes, o grupo de técnicos do Ministério da Economia que lida com o Fundeb não foi consultado nas discussões sobre o Renda Cidadã.

Promulgado pelo Congresso Nacional em agosto, o novo Fundeb, principal fonte de recursos da educação básica, prevê alta progressiva, até 2026, da complementação de recursos pela União de 10% para 23%.

“Colocar o dinheiro novo do Fundeb num programa social é reduzir o dinheiro que foi aprovado para a educação”, observa. Além disso, ele aponta para resistências dos entes federados, em especial os municípios. “No contexto de retomada de aulas presenciais, que vai exigir mais gastos com protocolos sanitários, é ruim dizer para um município que ele perdeu um recurso novo que receberia”, afirma.

Na reta final da tramitação do novo Fundeb, houve a mesma sugestão de usar parte das verbas extras da educação como meio de viabilizar o então Renda Brasil. A manobra segue como aposta do governo porque o Fundeb não está sujeito ao teto de gastos.

Segundo Hoogerbrugge, existe hoje uma comissão no Ministério da Educação (MEC) para discutir a operacionalização do novo Fundeb. O MEC tem sinalizado que será difícil colocar em prática o aumento de recursos já em 2021 se a regulamentação do fundo não passar até outubro.

Entre os técnicos da educação, o debate não inclui a sugestão agora apresentada pelo governo federal, de acordo com Hoogerbrugge. “Os debates estão

concentrados em aumentar o atendimento de creches. Mas o risco é adiar a regulamentação.”

Além dos 10% de complementação hoje já repassados pela União aos Estados - e que serão mantidos -, serão criados dois

mecanismos de repasse de recursos. Também de forma gradativa, haverá aumento de 10,5 pontos da complementação a partir do Valor Aluno Ano Total (VAAT), fórmula que tende a beneficiar municípios hoje não atendidos pelo Fundeb.

A PEC aprovada em agosto estipulou que metade desse montante seja destinada à educação infantil, o que explica a ênfase do debate no MEC sobre creches.

O terceiro mecanismo do novo Fundeb prevê ainda repasse de 2,5 pontos percentuais das novas verbas, a partir de 2023, para as redes que melhorarem a gestão e evoluírem em indicadores de atendimento, aprendizagem e redução de desigualdades.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V

R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Conheça as famosas mais antipáticas (e simpáticas) do Brasil!

REST WOW

Investimento público tem papel central no momento, diz Fundo

FMI afirma que os governos precisam preparar as economias para a transição para o mundo pós-covid-19

Por Sergio Lamucci — De São Paulo

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Aumentar o investimento público em países avançados e emergentes pode ajudar a atividade econômica a reviver depois do colapso mais forte e mais profundo da história contemporânea, diz o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em relatório divulgado ontem, o FMI afirma que os governos precisam preparar as economias para a transição para o mundo pós-covid-19.

“O investimento público tem um papel central a desempenhar”, diz o Fundo, no capítulo 2 do Monitor Fiscal, a ser divulgado na íntegra na semana que vem, no encontro anual da instituição e do Banco Mundial, que vai ocorrer virtualmente, devido à pandemia.

Segundo o FMI, o investimento público pode criar milhões de empregos diretamente no curto prazo e outros milhões indiretamente, ao longo de um período mais prolongado. Nas estimativas do Fundo, elevar o investimento público em 1% do PIB pode fortalecer a confiança na recuperação e impulsionar o PIB em 2,7%, o investimento privado em 10% e o emprego em 1,2%, se os gastos de capital forem de alta qualidade. Além disso, é necessário que a carga de dívida pública e privada não enfraqueça a resposta do setor privado a esse estímulo.

Para a instituição, o investimento é urgente em setores fundamentais para controlar a pandemia como saúde, escolas, construções seguras, transportes seguros e

infraestrutura digital. O FMI também destaca que os juros globais em níveis baixos também indicam que é o tempo certo para investir. Há muita poupança, o setor privado está em compasso de espera e muitas pessoas estão desempregadas e à disposição para trabalhar nos empregos criados por meio do investimento público.

Para alguns países, no entanto, levantar recursos para investir será difícil porque as condições financeiras estão apertadas. Mesmo assim, um gradual aumento do investimento público por empréstimos pode compensar, desde que os riscos associados ao refinanciamento da dívida e os juros não aumentem muito e os governos escolham os projetos com inteligência, diz o relatório.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A20s 32GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.5" Octa-Core 1.8 GHz 4G Câmera Tripla 13.0 MP + 5.0 MP + 5.0 MP(UW) - Vermelho

R\$ 1.134,32 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.

DIUREX FIT POWER

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Não fique para trás, siga estes passos para obter uma grande pensão e se aposentar cedo

PENSIONBR

por taboola

Conteúdo Publicitário

Justiça concede créditos de PIS/Cofins sobre gastos com taxas de cartões

Estratégia foi adotada por empresas após derrota no STF sobre o cálculo das contribuições

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

06/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



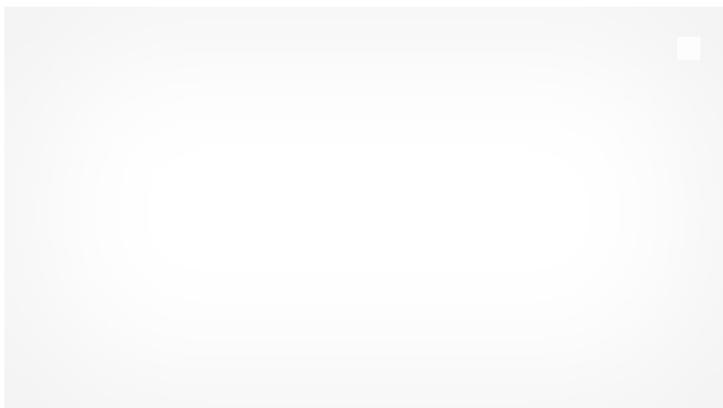
Advogado Rafael Santiago: números envolvidos demonstram a essencialidade e a relevância do serviço — Foto: Divulgação

As empresas encontraram um caminho para tentar neutralizar os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a inclusão das taxas pagas às administradoras de cartões de crédito e débito na base de cálculo do PIS e da Cofins. Elas vêm recorrendo à Justiça para poder tomar crédito desses valores. O efeito, na prática, é o mesmo: redução de carga tributária.

A Daiso Brasil, do setor varejista, obteve decisão favorável na 14ª Vara Cível Federal de São Paulo na semana passada. Rafael Santiago, advogado e cofundador da Tax Advice, que atua no caso, diz que os valores são expressivos. “Ultrapassam a casa dos milhões de reais”, afirma.

Mais de 80% das vendas da empresa são feitas por meio de cartões de débito e crédito. A cada transação uma fatia do valor pago pelo cliente fica com a administradora dos cartões. Essas taxas, hoje, variam entre 3% e 5%.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A possibilidade de usar essas quantias como crédito, afirmam advogados, na prática, tem o mesmo efeito de excluí-las do cálculo do PIS e da Cofins.

Essa é uma estratégia que serve somente para as empresas que recolhem as contribuições pelo regime da não cumulatividade. A maioria das grandes companhias industriais, comerciais e do setor de serviços está inserida nesta sistemática.

Antes do recolhimento das contribuições, essas companhias fazem um encontro de contas. PIS e Cofins incidem sobre a receita. Pela lei, porém, elas têm o direito de descontar do total auferido no mês as despesas que tiveram com insumos. Desta

forma, portanto, reduzem a base de cálculo e, conseqüentemente, pagam menos em tributos.

A discussão é saber se as taxas pagas às administradoras dos cartões podem ser enquadradas como insumo. As empresas, nos processos, têm se utilizado de um precedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A 1ª Seção, em 2018, firmou entendimento, em caráter repetitivo, de que deve-se levar em conta, para o conceito de insumo, se a despesa é essencial ou relevante para o desenvolvimento da atividade.

No caso da Daiso, diz o advogado Rafael Santiago, “os números envolvidos” demonstram a essencialidade e a relevância do serviço para a geração de receitas à empresa. “Imaginar o desenvolvimento da atividade sem o serviço prestado pelas administradoras de cartão é caminho certo para a redução drástica de faturamento”, diz ele, acrescentando que os consumidores não abrem mão desse meio de pagamento.

A companhia havia ajuizado a ação antes mesmo do desfecho, no STF, sobre a base de cálculo do PIS e da Cofins. Essas duas discussões, por envolverem o mesmo tema - taxas pagas às administradoras de cartões - geraram até uma certa confusão no processo da Daiso.

A juíza Tatiana Pattaro Pereira, da 14ª Vara Cível Federal de São Paulo, havia, num primeiro momento, negado o pedido por entender que se tratava da mesma da discussão no Supremo. A Daiso ingressou com embargos de declaração, afirmando tratar-se de uma outra, e a magistrada, então, permitiu a utilização dos créditos (processo nº 5024180-42.2019.4.03.6100).

Ela levou em conta o precedente do STJ e o peso que o uso dos cartões tem para o negócio. “Nos termos do que foi decidido pelo STJ e considerando a atividade desenvolvida de acordo com o seu objeto social (comercialização de produtos para pessoas físicas e jurídicas através de e-commerce, comércio atacadista e varejista) entendo que as despesas com taxas de cartão de crédito devem ser consideradas como insumos, pois são essenciais, ou ao menos relevantes, para a atividade”, diz.

O STF decidiu sobre a inclusão dessas taxas no cálculo do PIS e da Cofins há cerca de um mês. As empresas argumentavam, nesta outra discussão, que não recebiam toda a quantia paga pelas mercadorias comercializadas porque uma parcela - a das taxas - fica retida pelas administradoras dos cartões.

Desta forma, alegavam, o dinheiro não seria delas e, portanto, não poderia ser considerado como parte da receita - a base de cálculo do PIS e da Cofins. Mas prevaleceu, entre os ministros, entendimento diferente. Por seis votos a quatro, entenderam que as taxas fazem parte do preço da operação comercial, constituindo, assim, o faturamento da empresa (RE 1049811).

“As duas discussões se referem às taxas dos cartões, mas são diferentes. O STF tratou de base de cálculo e, aqui, se está falando sobre o direito ao crédito em razão da não cumulatividade do PIS e da Cofins”, enfatiza Valdirene Lopes Franhani, sócia do Lopes Franhani Advogados.

Existe, desde a decisão do STJ, em 2018, um movimento geral das empresas em busca de créditos de PIS e Cofins. Só que muitas vinham deixando de fora dos pedidos as taxas dos cartões, especificamente, porque existia a expectativa de que o STF vetasse a tributação sobre esses valores.

“Uma ação é, naturalmente, prejudicial à outra. Quem pedia a exclusão das taxas do cálculo do PIS e da Cofins não poderia, por óbvio, pedir para tomar crédito”, diz Leo Lopes, sócio do FAS Advogados. Por isso, agora, com um posicionamento consolidado do STF, acrescenta, há esse movimento para entrar com as ações.

O advogado afirma que o STJ tem uma técnica para que as empresas identifiquem se as despesas podem ser consideradas como essenciais ou ao menos relevantes. Chama-se “teste da subtração”. Os empresários precisam se fazer duas perguntas: 1 - se tirar a despesa do seu negócio, consegue prestar o mesmo serviço ou exercer a mesma atividade? 2 - Se conseguir, há perda de qualidade?

“Se a resposta for positiva para alguma dessas perguntas significa que a despesa é essencial ou ao menos relevante”, diz Leo Lopes. “Eu não tenho nenhuma dúvida

que, hoje em dia, o uso de cartões pelas empresas comerciais se enquadra nesse conceito.”

O advogado Marcelo Annunziata, do Demarest, chama a atenção que existe um “leading case” sobre esse tema à espera de julgamento no STJ (REsp 1642014). Está na 2ª Turma e tem como relator o ministro Og Fernandes.

“Está ainda sobrestado porque estava aguardando a decisão do STF [se excluiria ou não os valores do cálculo do PIS e da Cofins]. Como já houve a decisão e o STF não se manifestou sobre o direito de crédito, o STJ poderá, a partir de agora, analisar o assunto”, afirma.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que há decisões do próprio STJ contra os contribuintes, além de precedentes no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (3ª, 4ª e 6ª Turmas), em São Paulo. E acrescenta que, no caso da Daiso Brasil, tem “a convicção de que reverterá a decisão contrária aos seus interesses”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A20s 32GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.5" Octa-Core 1.8 GHz 4G Câmera Tripla 13.0 MP + 5.0 MP + 5.0 MP(UW) - Vermelho
R\$ 1.134,32 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Não fique para trás, siga estes passos para obter uma grande pensão e se aposentar cedo
PENSIONBR

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.
DIUREX FIT POWER

Para equipe econômica, mesmo com gatilhos, Orçamento está limitado ao teto

Na visão da equipe, está equivocada análise de Manoel Pires de que grande parte dos gastos não alcançados pelos gatilhos ficariam sem limitação

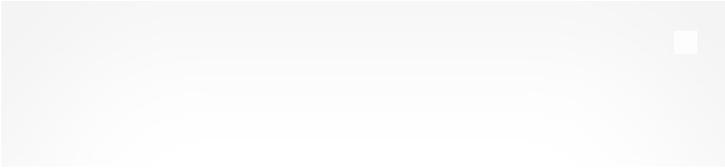
Por **Fabio Graner** — De Brasília

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica entende que, mesmo com o eventual acionamento dos gatilhos do teto de gastos no futuro, o Orçamento terá que ser enviado cumprindo o dispositivo constitucional e a execução orçamentária e financeira também deverá buscar o atendimento da regra.

Fontes consideraram equivocada a avaliação feita pelo pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) Manoel Pires, em entrevista ao **Valor**, de que o acionamento das medidas de contenção de despesas, devido à forma como foi redigida a legislação do teto, acabaria deixando sem limitação muitos dos gastos que não forem alcançados pelos gatilhos.

Fontes explicam que hoje a interpretação jurídica no Ministério da Economia é de que não há como ser enviada uma proposta orçamentária que não atenda os limites do teto de gastos.



A partir daí, vem fase da execução das despesas orçadas. E o entendimento do governo tem sido que o pagamento delas, incluindo aquelas que passaram de um ano para o outro (os restos a pagar), também devem ser calibradas para ficar dentro do limite global imposto pela Constituição, que determina sua correção a cada 12 meses pelo IPCA. “O importante é que o Orçamento tem que vir em conformidade com o teto e todo crédito adicional só pode ser aberto cancelando outra dotação”, salienta uma fonte.

Para esse interlocutor, a hipótese de que, com o Orçamento estourado e os gatilhos acionados não haveria mais limite para as despesas discricionárias é perigosa e preocupante, pois apontaria um cenário no qual possíveis ganhos gerados pelos gatilhos seriam mais do que consumidos pelo aumento das demais despesas.

A mesma fonte destaca que o teto não tem um objetivo por si só. O instrumento representa uma estratégia de ajuste fiscal prolongado (consolidação fiscal), que busca evitar a elevação da carga tributária. A consequência, para esse interlocutor, de uma interpretação diferente sobre o instrumento é que os impostos subiriam, principalmente pelo aumento na conta de juros, decorrente de uma eventual perda de credibilidade.

Outro interlocutor do governo vai na mesma direção. Destaca que não há dúvida sobre o envio do Orçamento dentro dos limites do teto e, no caso da execução, apesar de não haver um limite explícito para o uso de restos a pagar, acha improvável que algum gestor tenha coragem de arriscar sair dos limites previstos no Orçamento.

“É só ver os relatórios bimestrais, que dizem que a gestão orçamentária e financeira tem que ser compatíveis com o teto”, lembrou, apontando que quem se aventurar com um decreto liberando o pagamento de restos a pagar acima do limite do teto ficará muito exposto juridicamente.

Relator do Orçamento promete Renda Cidadã dentro do teto de gastos

Programa deve ser anunciado amanhã e respeitar mecanismo que limita crescimento das despesas da União, diz Marcio Bittar

Por Renan Truffi, Mariana Ribeiro e Vandson Lima — De Brasília

06/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Relator do Orçamento e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, o senador Marcio Bittar (MDB-AC) prometeu para amanhã a apresentação do Renda Cidadã, novo programa social que substituirá o Bolsa Família. Bittar não quis detalhar ainda o modelo que será usado para garantir o pagamento do benefício a partir de janeiro de 2021, mas se comprometeu com uma saída que esteja, necessariamente, dentro do chamado teto de gastos.

A solução será apresentada após uma semana de intensas críticas contra o governo por causa da proposta anterior, que tinha como base o uso dos precatórios - espécie de ordem de pagamento decorrente de condenações judiciais. A sugestão não foi bem recebida por economistas e pelo setor financeiro, que enxergaram na proposta um tipo de “calote” da parte da União. Sobre isso, Marcio Bittar admitiu que houve “turbulência” no anúncio do programa. “É normal. São relações humanas. E agora as coisas entraram no eixo de novo”, explicou.

Bittar falou à imprensa após se reunir, ontem, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e horas depois de tomar café da manhã com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada, onde também estava o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. À imprensa, o senador do Acre acrescentou que o presidente tem legitimidade para decidir os rumos do programa, ao mesmo tempo em que cabe a Guedes avaliar a eficiência fiscal dessas propostas. Já o ministro da Economia permaneceu em silêncio, sem discursar ou responder perguntas dos jornalistas. “Toda demanda tem que passar por um filtro, pelo carimbo da equipe econômica do ministro Paulo Guedes. E é isso que estou fazendo aqui”, explicou o senador Marcio Bittar.

O discurso do emedebista evidencia a tentativa do governo de dar clima de normalidade às negociações sobre o tema. Nos bastidores, integrantes da base aliada admitem que a repercussão negativa em torno da primeira proposta deixou uma mensagem clara à gestão Bolsonaro: os cálculos para o custeio do Renda Cidadã terão que vir acompanhados, obrigatoriamente, de medidas de austeridade fiscal. Por isso, permanece a ideia de incluir o novo benefício no escopo da PEC Emergencial, que propõe acionar “gatilhos” se for descumprida a lei do teste de gastos. Segundo esses interlocutores, a ideia é passar um sinal duplo: de comprometimento com as famílias de baixa renda, mas também com o controle das despesas públicas.

“O que é fundamental é que a gente termine o ano caminhando em duas direções. Na direção do abraço aos milhões de brasileiros que precisam, e, ao mesmo tempo, aprovando junto medidas de austeridade fiscal. Por isso, o ‘Renda’ tem que entrar na PEC Emergencial. Aí você sinaliza nas duas direções. Temos que dar passos conjuntos. Uma coisa e outra ao mesmo tempo”, disse fonte envolvida nas tratativas.

Esse tem sido o tom das discussões entre equipe econômica, Palácio do Planalto e integrantes da base aliada no Congresso desde o início da atual crise política, quando o governo recuou de bancar o programa com o uso de precatórios.

De acordo com as fontes, apesar das divergências internas, há um compromisso com parlamentares de deixar o “melindre” de lado em relação ao episódio. “A coisa é grande demais para a gente ficar melindrado sobre precatórios, sobre termos sido desautorizados”, disse um aliado fiel do governo.

Neste contexto, as discussões sobre o Renda Cidadã continuam acontecendo da mesma forma que antes: o presidente Jair Bolsonaro sinaliza o caminho e, em seguida, o Ministério da Economia avalia se tem viabilidade fiscal para tal proposta.

Na prática, isso significa em última instância que o governo continua rejeitando soluções que não representem abertura de espaço real no teto de gastos, como é o